1/10

ALGAR TELECOM S.A.
CNPJ/MF 71.208.516/0001-74
Companhia Aberta

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A Administração da Algar Telecom tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores monetários estão expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração - Em um ano marcado pelo distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19, podemos dizer que estivemos ainda mais próximos dos nossos clientes e associados. Trabalhamos incansavelmente para garantir a conectividade e segurança dos mesmos e, assim, alcançamos um desempenho robusto mesmo em um período de grandes incertezas. Nossa receita líquida aumentou 10,5%, para R$ 2,4 bilhões e nosso EBITDA ultrapassou R$ 1 bilhão pela 1ª vez. Esses resultados são frutos de esforços e investimentos consistentes ao longo do tempo na construção de redes de qualidade com alta tecnologia embarcada e na ampliação da área de cobertura. Estávamos preparados para atender à demanda de todos os clientes, tanto empresariais quanto pessoas físicas (B2B e B2C), que se viram alçados do dia para a noite ao trabalho remoto e ao entretenimento online. Atendemos o aumento expressivo por capacidade de tráfego de dados e sustentamos as suas operações, com impacto positivo no nível de satisfação. A nossa conectividade vem envolvida com atendimento operacional e comercial feitos por associados ou parceiros presentes nas próprias regiões onde atuamos, fazendo com que nossos clientes tenham suas necessidades atendidas prontamente, não apenas na oferta de soluções de conectividade em alta velocidade mas também com produtos de tecnologia da informação, que vão desde serviços de segurança das redes até o armazenamento na nuvem. E seguimos buscando soluções inovadoras. Em 2017 decidimos intensificar o desenvolvimento de produtos TIC, a serem ofertados juntamente com a conectividade, e hoje eles já representam 10% da receita líquida do segmento B2B, reforçando que essa área para nós é prioritária. Como parte dessa priorização, ao longo do ano decidimos descontinuar os serviços de TV e passamos a oferecê-los por meio de ofertas conjuntas com um parceiro. Outras decisões estratégicas mostraram-se acertadas no período, como uma gestão de caixa muito ativa e uma gestão diária, forte e efetiva junto àqueles clientes que foram mais penalizados em suas receitas durante a pandemia. Com esses renegociamos dívidas e demos o apoio necessário para que continuassem operando normalmente. Nosso programa de franquias também continuou ativo em 2020, acelerando a oferta de serviços sobre fibra em várias localidades. Implantar fibra ótica em cidades menores é relevante para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões e sabemos da importância do nosso papel na contribuição para o desenvolvimento sustentável. Assim, aceleramos a penetração nessas regiões via franqueados e já temos 1.300 quilômetros de fibra ótica nesses municípios menores (o maior deles, com 20 mil habitantes) e mais 300 quilômetros em vias de implantação, substituindo as redes legadas. Nosso programa potencializa, libera e maximiza a capacidade de crescimento de um sistema digital avançado, ao mesmo tempo em que fomenta o pequeno e médio empreendedor. Temos atualmente serviços prestados em 16 estados, 367 cidades e no Distrito Federal, o que demonstra a nossa capacidade de crescimento. Os investimentos de 2020, cerca de R$ 460 milhões, foram direcionados para a instalação e ativação de clientes nas redes recém construídas, nesse momento em que a conectividade digital tomou grandes proporções. Em 2021, além da ativação de novos clientes retomaremos a expansão das redes para novas localidades. Nos últimos seis anos, progredimos em nosso plano estratégico, dobrando o EBITDA, o lucro e a geração operacional de caixa no período. Podemos creditar parte importante desse resultado ao ambiente de inovação que incentivamos. Atualmente isso se dá em um espaço denominado Estação Algar Telecom, formado por equipes multidisciplinares que, por meio de metodologias ágeis, desenvolvem ideias, produtos e serviços com autonomia e propósito. A Estação absorve as inovações propostas pelo Brain, instituto de ciência e tecnologia do qual somos associados-fundadores, que atua focado em quatro temáticas principais: Internet das Coisas (IoT), Cloud, Digital e 5G. Ao mesmo tempo em que investimos no crescimento de nossos negócios, não deixamos de olhar para nossa responsabilidade com a sustentabilidade. No eixo ambiental temos buscado uma redução contínua de nossas emissões de CO2 por meio de uma governança climática efetiva. Além disso, avançamos no consumo de energias renováveis, que já representam 65% da nossa matriz atual. Mantivemos, também, a gestão contínua de nossa frota de veículos, cujo uso de combustível já é 94% de fontes menos poluentes. Do ponto de vista social, 2020 se mostrou um ano onde a nossa atuação em saúde e segurança nos permitiram manter a nossa operação, preservando a segurança de nossos associados e clientes. Nossos técnicos de campo não mediram esforços para garantir a disponibilidade dos serviços mesmo diante de situações tão adversas. Do nosso lado, asseguramos todas as medidas de prevenção, protocolos, EPIs, treinamentos e programas de testagem para oferecer a maior segurança possível. Assim, seguimos ampliando nossos indicadores de satisfação dos clientes combinando atendimento, qualidade da rede, disponibilidade dos sistemas e a segurança de dados. Seguimos confiantes quanto ao futuro dos nossos negócios e estamos bem posicionados para a retomada da economia. Levamos as lições aprendidas para concretizar os planos que temos para o futuro, suportados por uma robusta disponibilidade de caixa para oportunidades estratégicas e uma equipe sólida para continuar expandindo em novas regiões geográficas e em áreas adjacentes.

Jean Carlos Borges
Diretor-presidente da Algar Telecom
Luiz Alexandre Garcia
Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

1. Destaques do Ano - • Algar Telecom foi eleita a Empresa do Ano no ranking Melhores e Maiores EXAME 2020; • Clientes B2B cresceram 24,7% e a receita líquida do segmento 12,9%; • Número de clientes banda larga sobre fibra aumentou 33,1% e a receita líquida do segmento varejo evoluiu 7,5%; • Banda larga sobre fibra alcançou 74,8% das conexões no varejo; • Receita líquida consolidada cresceu 10,5% e o segmento B2B atingiu 61% das receitas totais; • EBITDA consolidado superou R$ 1 bilhão, pela 1ª vez, e margem EBITDA alcançou 44%.

2. Perfil - Somos uma empresa de prestação de serviços de Telecomunicações sobre fibra, com atuação nacional e foco em clientes B2B. Parte do grupo Algar, importante grupo empresarial do País, estamos há 67 anos no mercado e nos comprometemos com as melhores práticas de governança corporativa. Somamos cerca de 4,3 mil associados, forma como denominamos os nossos profissionais, engajados em sermos uma empresa sustentável e inovadora. Para isso, estamos em uma jornada de transformação digital buscando reduzir os esforços dos nossos clientes e aprimorar continuamente a sua experiência nos mantendo, assim, como a sua primeira escolha. Acreditamos que nos diferenciamos pela nossa moderna e extensa infraestrutura, construída com tecnologia atual e suportada por uma rede de aproximadamente 82,3 mil km de fibra ótica com presença, atualmente, em 16 estados, 367 cidades e no Distrito Federal, e por nosso atendimento próximo, personalizado e eficaz. Aos clientes B2B, que em 31 de dezembro de 2020 somavam cerca de 160 mil, e representavam 61% da nossa receita líquida, ofertamos soluções de Telecom e TI, incluindo serviços de segurança de redes e de armazenamento na nuvem, além de sistemas de gestão para o segmento de micro e pequenas empresas. Nossas equipes técnicas e comerciais locais nos garantem proximidade no relacionamento e a entrega de valor agregado aos nossos clientes. No B2C, nossas soluções de internet sobre fibra ótica e telefonia celular atendem a mais de 1,2 milhão de clientes na área em que atuamos nesse segmento, que compreende 87 municípios nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, onde temos a liderança de market share nesses serviços.

3. Ambiente Regulatório - No âmbito regulatório, 2020 foi marcado pela discussão e ações em importantes temas. No contexto da pandemia da Covid-19, as empresas de telecomunicações, sob a liderança do Ministério das Comunicações do país e Anatel, adotaram medidas que garantiram o pleno funcionamento das redes, absorvendo o expressivo crescimento da demanda por serviços conectados por parte da sociedade. Para isso, as empresas firmaram o Compromisso Público para Manter o Brasil Conectado, que pode ser acessado no site www.gov.br/anatel. Merece destaque também os debates promovidos pela Anatel, por meio de consulta pública, sobre os temas relacionados à lei 13.879, que aprovou um novo modelo de telecomunicações para o Brasil. por meio do qual as operadoras poderão migrar do modelo de concessão de telefonia fixa para o de autorização realizando investimentos em redes de banda larga em alta velocidade em áreas sem competição. As regras sobre as condições e os formatos dessa migração ainda depende de definições, que deverão ocorrer ao longo dos próximos períodos. Estritamente sobre a Algar Telecom, em dezembro de 2020, a Companhia firmou junto à Anatel um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que prevê a implantação, pela Companhia, da tecnologia 4G em algumas localidades com população inferior a 30 mil habitantes, em aluguns distritos e também estradas, o que irá ampliar a cobertura desse serviço e prover tráfego de dados de maior velocidade à população dessas regiões. A nova infraestrutura será implantada ao longo dos próximos 30 meses. Para 2021 é esperado que ocorra o leilão para implantação da tecnologia 5G, cujo formato e condições vem sendo debatidos. Estamos acompanhando atentamente os movimentos e as definições acerca dos próximos passos sobre esse tema. O principais temas regulatórios do setor de telecomunicações do país estão detalhados no item 7.5 do Formulário de Referência da Companhia, disponibilizado no site de Relações com Investidores no endereço: ri.algartelecom.com.br.

4. Desempenho dos Negócios — R$ milhões

Algar Telecom	Pro forma * 2019	2020	Δ Ano
RECEITA BRUTA	**2.809,8**	**3.035,6**	**8,0%**
RECEITA LÍQUIDA	**2.126,6**	**2.350,8**	**10,5%**
B2B	1.259,9	1.422,5	12,9%
B2C	863,8	928,3	7,5%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.156,1)**	**(1.321,1)**	**14,3%**
Custos dos serviços e mercadorias	(703,9)	(817,6)	16,1%
Despesas comerciais	(362,2)	(399,3)	10,2%
Despesas gerais e administrativas	(163,3)	(147,0)	-10,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	73,4	42,8	-41,7%
EBITDA	**970,5**	**1.029,6**	**6,1%**
%	45,6%	43,8%	-
EBITDA SEM EFEITOS PONTUAIS [1]	**924,7**	**1.008,5**	**9,1%**
%	43,5%	42,9%	-
DEPRECIAÇÃO	**(450,0)**	**(513,8)**	**14,2%**
EBIT	**520,5**	**515,9**	**-0,9%**
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS [2]	**(78,2)**	**(225,5)**	**188,3%**
LUCRO LÍQUIDO [3]	**291,5**	**202,4**	**-30,6%**
%	13,7%	8,6%	-

* Pro Forma: números do negócio Telecom, tal qual a Companhia se apresenta atualmente, após a cisão do negócio Tech - BPO/Gestão de TI, em 02/12/2019. Inclui os efeitos do IFRS16.
[1] Efeitos pontuais no EBITDA 2020: R$ 21,1 milhões, sobretudo:
+ 28,4 referentes a baixa de débitos com terceiros relativos a processo de conversão de ações;
+ 25,8 referentes a créditos tributários de PIS/Cofins;
- 28,9 referentes a constituições de provisões para contigências.
[2] Financeiras líquidas sem efeitos pontuais: R$ 192,7 (2020) X R$ 189,5 (2019).
[3] Lucro líquido sem efeitos pontuais: R$ 210,1 (2020) X R$ 193,7 (2019).

Receita operacional Consolidada -A receita líquida consolidada da Algar Telecom atingiu R$ 2.350,8 milhões em 2020. O crescimento, de 10,5%, foi impulsionado por maiores receitas em ambos os segmentos de atuação da Companhia: B2B (+12,9%) e B2C (+7,5%). **B2B** - Com um aumento de 24,7% no número de clientes, sendo 5,0% entre os corporativos e 27,5% em micro e pequenas empresas – MPEs, a receita líquida do B2B somou R$ 1.422,5 milhões em 2020, crescimento de 12,9% em relação a 2019, e atingiu 61% de toda a receita da Algar Telecom. Os produtos de dados, que viabilizam a conectividade em altas velocidades aos nossos clientes empresariais e representaram 61,3% das receitas geradas por esses clientes, cresceram 6,5%. Os serviços TIC, por sua vez, evoluíram 42,5% e responderam por 10% das receitas do B2B. Esses crescimentos mais do que compensaram as menores receitas com voz, que continuam em queda em toda a indústria. Ao final do ano de 2020, a Algar Telecom atuava no mercado B2B de 367 cidades, de 16 estados e do Distrito Federal, com a oferta de soluções integradas de Telecom e TI. **B2C** - Aos seus clientes varejo, a Algar Telecom oferta planos de banda larga sobre fibra em alta velocidade combinada com telefonia fixa e móvel. Em 2020, o número de clientes sobre fibra cresceu 33,1% e passou a reunir 74,8% dos clientes de banda larga da Companhia. Esse movimento foi propiciado pelos investimentos realizados em redes de fibra ótica nos últimos anos, que resultaram em 755 mil domicílios passados (75% do total) e 415 mil domicílios conectados ao final de dezembro de 2020. Nas maiores cidades em que a Algar Telecom atua no B2C o total de domicílios passados supera 90%. Para os clientes de telefonia móvel o foco principal da Algar Telecom em 2020 foram planos destinados ao público pós-pago, que tem uma maior demanda por tráfego de dados e maior ARPU. Com isso, o número total desses clientes cresceu 6,1% no ano, enquanto os pré-pagos caíram 8,9%. O número total de clientes móveis foi 3,4% inferior ao de 2019 e encerrou o ano em 1.140 mil. A receita líquida dos clientes B2C somou R$ 928,3 milhões em 2020, um crescimento de 7,5% em relação à gerada em 2019. Essa performance foi impulsionada pelo aumento de 15,8% nas receitas de banda larga (fixa e móvel), que atingiram 48,8% das receitas desses clientes e demonstraram resiliência diante dos efeitos econômicos adversos decorrentes da pandemia. A queda das receitas de voz, responsáveis por 24,0% das receitas, é reflexo da contínua migração do uso para serviços de dados, em função da maturidade desse serviço. **Custos e Despesas Operacionais** - Os custos e despesas operacionais, excluindo amortização e depreciação, somaram R$ 1.321,1 milhões em 2020, 14,3% superiores aos do ano anterior. Desconsiderando os efeitos pontuais positivos que impactaram esses 2 anos, R$ 45,8 milhões em 2019, conforme já divulgado, e R$ 21,1 milhões em 2020, o aumento foi de 11,7%. Os principais aumentos ocorreram em: (i) materiais e mercadorias (+R$ 67,9) decorrentes, sobretudo, da aceleração das vendas de modens para suportar o crescimento de clientes de banda larga sobre fibra; (ii) pessoal (+R$ 31,6), em razão de maior valor de provisão na conta de prêmio sobre lucros e resultados e do crescimento de pessoal para suportar as operações da Companhia em novas áreas geográficas e (iii) outros (+R$ 40,7). A variação no grupo de outros é explicada por um maior volume de outras receitas operacionais em 2019, se comparado a 2020. Em 2020, os efeitos pontuais líquidos foram positivos, no total de R$ 21,1 milhões, compostos, essencialmente, por: (i) + R$ 28,4 milhões referentes à baixa de débitos com terceiros, por prescrição, originários do processo de conversão de ações realizado em 2017; (ii) + R$ 25,8 milhões de crédito de PIS/Cofins pelo reconhecimento da não incidência de ICMS em sua base de cálculo, na subsidiária integral Algar Multimídia; e (iii) – R$ 28,9 milhões de despesas adicionais com constituição de provisões para contingências. **Ebtida** - O EBITDA da Algar Telecom alcançou R$ 1.029,6 milhões no ano ultrapassando, pela 1ª vez, a marca de R$ 1 bilhão, com crescimento de 6,1% em relação a 2019. Excluindo os efeitos pontuais, de 2019 e 2020, a evolução do EBITDA foi de 9,1%, e passou de R$ 925 milhões para R$ 1.009 milhões. A margem alcançada em 2020 foi de 42,9%. Contribuíram para esse resultado a expansão das operações dos clientes B2B e os esforços de digitalização dos processos, com impacto positivo na experiência dos clientes e na eficiência do negócio. **Depreciação e Amortização** - As despesas com depreciação e amortização apresentaram um crescimento de 14,2% em 2020 ocasionado pela maior base de ativos imobilizados, oriunda dos grandes investimentos realizados em 2019 e 2020, e composta, sobretudo, por novas redes implantadas para servir aos clientes B2B e fibra ótica até a casa do cliente varejo (Fiber to the home - FTTH), o que proporciona maiores velocidades no tráfego de dados e uma melhor experiência com o serviço. **Resultado Financeiro Líquido** - Em 2020 a Algar Telecom apresentou resultado financeiro líquido de R$ 225,5 milhões, ante R$ 78,2 milhões em 2019. Essa variação é explicada por efeitos pontuais que impactaram essa conta em ambos os períodos. Excluindo esses efeitos, houve um aumento de 1,7% ocasionado por um maior saldo médio de dívida.

R$ milhões

	2019	2020
Resultado financeiro líquido	**(78,2)**	**(225,5)**
Efeitos pontuais	**111,3**	**(32,8)**
Prêmios e assessorias assembléias 5ª, 6ª e 7ª emissões debêntures	-	(21,9)
Efeitos provisões para contingências	-	(23,6)
Crédito tributário de PIS/Cofins	111,3	13,8
Outros	-	(1,1)
Resultado financeiro líquido sem efeitos pontuais	**(189,5)**	**(192,7)**

Lucro Líquido - O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R$ 202,4 milhões em 2020, ante R$ 291,5 milhões em 2019. Ajustado pelos efeitos pontuais que impactaram ambos os períodos, o lucro passou de R$ 193,7 milhões em 2019 para R$ 210,1 milhões em 2020, um crescimento de 8,5%. A margem sobre a receita operacional líquida foi de 8,9%.

R$ milhões

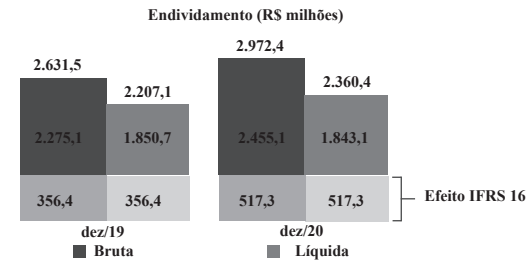
	2019	2020
Lucro líquido	**291,5**	**202,4**
Baixa de débitos com terceiros relativos a processo de conversão de ações	-	18,7
Créditos tributários de PIS/Cofins	164,7	26,1
Constituições de provisões para contingências	(9,7)	(34,6)
Prêmios e assessorias assembléias 5ª, 6ª e 7ª emissões debêntures	-	(14,5)
Baixa de imobilizado e estoque do produto TV	(42,7)	-
Outros	(14,5)	(3,5)
Lucro líquido sem efeitos pontuais	**193,7**	**210,1**

5. Investimentos - A Algar Telecom investiu R$ 461,7 milhões em 2020. Os investimentos foram majoritariamente destinados à ativação de clientes sobre as redes construídas em 2018 e 2019.

R$ milhões

	2019	2020
TOTAL	**754,6**	**461,7**
Expansão de Redes e Clientes	642,3	389,2
Manutenção da Operação	87,9	72,5
Aquisições	42,4	-

6. Endividamento - Ao final de 2020, a Companhia apresentava dívida bruta de R$ 2.455,1 milhões (R$ 2.972,4 milhões considerando os contratos de arrendamento conforme o IFRS 16), 7,9% superior à posição de 31 de dezembro de 2019. O maior saldo de dívida é decorrente da captação, realizada em abril por meio da 10ª emissão pública de debêntures, no valor de R$ 150 milhões, com o objetivo de reforçar o capital de giro diante do cenário econômico adverso causado pelos efeitos da pandemia. A dívida líquida, por sua vez, ficou estável (+0,4%). Ao final do ano, a Algar Telecom apresentava um saldo de caixa de R$ 612,0 milhões, volume robusto frente aos compromissos previstos para 2021. O perfil da dívida é de longo prazo, com 25% vencendo no curto prazo e 56% com vencimento acima de 2 anos. Em 31 de dezembro de 2020, o indicador dívida líquida/EBITDA era de 1,8x, inferior aos covenants contratuais estabelecidos em 2,25x.



No ano de 2020 a Algar Telecom promoveu a alteração do seu índice contratual relativo à dívida líquida/EBITDA de 2,25 para 3,0 pelo período do 1T21 ao 3T22. Esse movimento visou tanto igualar o nível desse indicador aos das emissões mais recentes da Companhia no mercado de capitais quanto adequá-lo para eventuais oportunidades estratégicas.

7. Sustentabilidade Ambiental, Social e Corporativa (ESG) - A Algar Telecom foi eleita a empresa de Telecom mais sustentável do País, por sete vezes consecutivas, pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Esse reconhecimento confirma a nossa forma de atuação nos negócios, expressa em nossa Missão: "Servir e integrar pessoas e negócios de forma sustentável" e em nossos valores. Desde 2017, reforçando nosso compromisso com a agenda, a Algar Telecom é signatária do Pacto Global das Nações Unidas e apoiamos também os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com nossas iniciativas nas dimensões social, ambiental e governança, buscamos contribuir com o atingimento de 10 dos 17 ODS da Agenda 2030 e estar em conformidade com as melhores práticas ESG (do termo em inglês Environmental, Social and Governance – ou, em português, ASG, referindo-se à Ambiental, Social e Governança). No eixo ambiental, há mais de 10 anos a empresa instituiu projetos e iniciativas com o objetivo de garantir a governança climática efetiva de sua operação e o engajamento das partes com as quais a companhia se relaciona, contribuindo para uma agenda conjunta de preservação do meio ambiente. Entre estas iniciativas, destacamos: • Gerenciamento de emissões: elaboramos, publicamos e auditamos nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), no maior banco de dados de emissões da América Latina - Sendo reconhecidos com selo ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol; • Eficiência energética: inauguramos, em 2020, a 2ª usina de geração de energia fotovoltaica garantindo, assim, que 65% do nosso consumo de energia atual tenha como fonte energias renováveis; • Frota sustentável: 94% do consumo de combustível de nossa frota flex é de etanol, por se tratar de um combustível menos poluente; • Resíduos: Realizamos a logística reversa dos eletrônicos garantindo a destinação adequada dos materiais. Mantemos postos de coleta em nossas lojas próprias, credenciadas e franquias, para que as pessoas – clientes ou não – possam depositar baterias, celulares, entre outros. Em 2020, coletamos 1 tonelada de resíduos eletrônicos. No período, também foram recolhidas para reciclagem mais de 1,4 toneladas de papel, papelão e plástico destinados a cooperativas. • Compliance: Criamos um manual de requisitos para contratação de fornecedores de atividades com possíveis impactos ao meio ambiente e realizamos o 2º treinamento de licenciamento ambiental para associados que desempenham atividades ligadas direta e indiretamente a esse processo.

Eixo Humano e Social - Aqui na Algar Telecom, antes de qualquer coisa, somos Gente servindo Gente. E esse nosso propósito nunca esteve tão evidente quanto no ano de 2020, no contexto da pandemia da Covid- 19. Antes mesmo que o coronavírus começasse a se disseminar pelo nosso País, criamos um plano completo de contingência para sustentar o nosso compromisso de cuidar das pessoas – associados, clientes, parceiros e comunidade e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade dos nossos serviços. Desde a terceira semana de março, 100% do atendimento a clientes e das atividades de staff da Algar Telecom estão funcionando por meio de trabalho remoto. Para os técnicos de campo, que tiveram suas atividades mantidas in loco, e para as equipes de lojas, implementamos medidas de prevenção, protocolos, uso de EPIs, treinamentos, programas de testagens, bem como atualização das instalações físicas e novos processos para controle de quantidades de tráfego ou ocupação no ambiente de atendimento presencial das lojas. Tudo isso para cumprirmos a nossa missão de garantir a disponibilidade dos serviços de telecomunicações aos nossos clientes, ainda mais essenciais nesse momento. Um grande programa de divulgação foi estabelecido nos canais de comunicação internos da empresa acerca das principais formas de prevenção da doença, informações e estatísticas atualizadas sobre os locais em que a companhia mantém operação, dentre outros. Durante todo esse tempo, a equipe de Gestão de Saúde vem realizando, em conjunto com o Comitê do Coronavírus, um rigoroso monitoramento da evolução dos casos de infecção dos nossos associados, acompanhado de um amplo suporte aos mesmos e às suas famílias. Nossa preocupação sempre foi ajudar e fazer nossa parte muito além dos nossos produtos e serviços. Aos hospitais e escolas disponibilizamos uma conectividade com maior capacidade para fazer frente às suas necessidades do momento. Nos engajamos, também, juntamente com o Instituto Algar e outros parceiros, na promoção de ações em prol das comunidades, dentre elas arrecadação e doações de sangue, cestas básicas e máscaras faciais. Estas e outras iniciativas tem sido constantemente divulgadas por meio do endereço eletrônico: http://materiais.algartelecom.com.br/coronavirus. Por acreditar que a educação é o caminho que levará o Brasil a uma realidade melhor, ainda no eixo social destacamos o apoio da Algar Telecom, há mais de 18 anos, a programas desenvolvidos pelo Instituto Algar destinados à formação de crianças, jovens e educadores através de parcerias com escolas públicas. Em 2020 as iniciativas educacionais envolveram 14 escolas, 44 organizações sociais parceiras, proponentes culturais e esportivos, e 5.905 beneficiários (crianças, adolescentes e jovens), de 14 estados e 31 cidades do país. **Governança Corporativa -** A evolução das práticas de governança corporativa é uma ação constante na Algar Telecom. Somos uma companhia aberta, não listada em bolsa, e acumulamos 10 emissões públicas de debêntures e 1 de notas promissórias, fruto de um relacionamento direto que a Companhia vem mantendo com o mercado de capitais desde 2007. O relato transparente da nossa gestão repercutiu, mais uma vez, no Prêmio ABRASCA de melhor Relatório Anual (categoria companhias abertas com receita líquida até R$ 3 bilhões), do qual somos tetracampeões, sendo 3 vezes consecutivas. Isso nos dá estímulo e confiança no caminho que estamos trilhando. Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Algar Telecom era composto por seis membros efetivos, sendo 1/3 de independentes com reconhecida experiência de mercado. Dois comitês de assessoramento, não deliberativos, contribuem com o Conselho de Administração em suas decisões: (i) Auditoria e Gestão de Riscos e (ii) Gente. Estes comitês encaminham ao Conselho da Administração recomendações resultantes de análises especializadas de temas específicos, colaborando para maior eficácia, assertividade e agilidade do processo decisório. A Companhia possui, ainda, auditorias interna e externa, e ambas se reportam ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. A auditoria interna promove a avaliação dos controles e verifica a conformidade com normas, políticas e valores internos. Já a externa colabora na avaliação dos padrões de informação e de conformidade contábil e tributária, seguindo a legislação vigente.

8. Prêmios, Reconhecimentos e Certificações - Ao longo de 2020, a Algar Telecom foi reconhecida por meio de prêmios, homenagens e rankings elaborados por respeitadas publicações. Listamos a seguir algumas das nossas principais conquistas do ano: ▪ Prêmio Empresa do Ano - Melhores e Maiores EXAME 2020; ▪ Anuário Telecom 2020 - Empresa Destaque do Ano no segmento de Serviços Corporativos; ▪ Prêmio Valor Inovação Brasil 2020 - Segunda empresa mais inovadora no setor de Telecomunicações; ▪ Prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2020 - Empresa mais inovadora no uso de TI do Brasil; ▪ Great Place to Work® Brasil 2020 - Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil; ▪ Prêmio Indeed 2020 - Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil; ▪ Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC - FIPECAFI; ▪ Prêmio da ABRASCA de melhor Relatório Anual - categoria Companhias abertas com receita líquida de até R$ 3 bilhões.

9. Perspectivas - As medidas que vem sendo adotadas pelos diferentes países com vistas à diminuição do contágio da Covid-19, ocasionaram uma forte redução no nível de atividade de diversas economias. No Brasil, o Produto Interno Bruto – PIB encolheu 1,5% e 9,7% no 1T20 e 2T20, em relação aos trimestres imediatamente anteriores, voltando a crescer no 3T20 (+7,7%), impulsionado pela injeção de cerca de R$ 270 bilhões na forma de auxílio emergencial pelo governo federal. A operação da Algar Telecom vem mostrando resiliência nesse cenário. A importância da conectividade, como meio de viabilização de negócios, transações, ensino, lazer e informação, nunca foi tão evidente. Passado o período mais turbulento de adaptação das pessoas, pode-se dizer que uma nova forma de se fazer negócios, trabalhar e se relacionar tenha se estabelecido, na qual os serviços de telecomunicações são ainda mais importantes. No segmento B2B, no qual as empresas viram suas necessidades de tráfego de dados aumentar fortemente para viabilizar operações online e remotas, nosso foco em 2020 foi tanto conectar clientes nas redes construídas ao longo de 2018 e 2019, quanto intensificar a oferta de serviços TIC, a exemplo de soluções de gerenciamento de segurança que permitem que as equipes dessas empresas possam trabalhar de casa com acesso a todos os sistemas corporativos de forma segura. Nesse sentido, seguiremos com nossos programas de inovação que, por meio de metodologias ágeis, nos permitem a renovação contínua do nosso portfólio de produtos e serviços. Para 2021 planejamos, ainda, novas expansões de redes que propiciem a oferta de serviços a clientes B2B de novas localidades das regiões em que atuamos. Aos clientes varejo, para os quais a conectividade passou de uma hora para a outra a viabilizar não apenas o trabalho remoto, mas também a educação, o entretenimento e a informação, continuaremos conquistando clientes e propiciando a migração de planos banda larga para soluções sobre fibra, com altas velocidades e atendimento

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734023.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

2/10

eficaz. Nesse cenário, a adoção de ferramentas digitais e a contínua busca por eficiência nos processos operacionais se mostraram mais uma vez acertadas. A Algar Telecom vem mantendo geração de caixa robusta e consistente mesmo em um cenário econômico adverso. Estamos bem posicionados para conquistar novos mercados e aproveitar eventuais oportunidades estratégicas que se apresentem. Na primeira quinzena de fevereiro de 2021, época de elaboração desse Relatório da Administração, alguns países do mundo, entre eles o Brasil, apresentavam uma nova onda de aumento de casos da Covid-19, suscitando o enrijecimento de medidas de distanciamento social em alguns estados e cidades, ao mesmo tempo em que dava início à campanha de vacinação contra o coronavírus. O prolongamento dessa situação e potenciais novos efeitos adversos na economia brasileira irão depender de alguns fatores, tais como: duração e extensão da nova onda de contágio, medidas governamentais em resposta à pandemia, velocidade da retomada dos níveis de emprego e da capacidade de consumo das famílias, entre outros. Na Algar Telecom, seguimos confiantes quanto ao futuro dos nossos negócios e à capacidade da sociedade de atravessar essa fase que é desafiadora para todos. Nos preparamos para superar esse momento e seguiremos com o propósito de atender os nossos clientes com qualidade e proximidade, nos colocando como seus verdadeiros parceiros.

10. Relacionamento com Auditores Independentes - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom. O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, número de acessos e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**612.052**	424.373	**534.419**	377.503
Contas a receber	6	**517.896**	477.254	**294.142**	272.322
Estoques		**40.628**	36.362	**22.560**	26.619
Tributos a recuperar	7	**194.548**	154.170	**137.563**	130.689
Dividendos a receber	24	**-**	-	**47.434**	40.618
Despesas antecipadas	8	**81.555**	78.655	**59.358**	57.392
Outros créditos	9a	**10.733**	6.456	**7.037**	4.734
Total do ativo circulante		**1.457.412**	1.177.270	**1.102.513**	909.877
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	**127.065**	24.646	**94.803**	20.149
Tributos a recuperar	7	**181.087**	244.063	**123.613**	207.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	-	**-**	-
Depósitos judiciais	19b	**23.998**	27.587	**23.485**	27.083
Despesas antecipadas	8	**65.380**	33.811	**29.383**	20.634
Direito indenizatório de provisões - Smart		**25.530**	30.080	**-**	-
Aplicações financeiras	5	**2.354**	2.316	**1.020**	998
Outros créditos		**3.190**	3.254	**916**	947
Total do ativo realizável a longo prazo		**428.604**	365.757	**273.220**	277.499
Investimentos	10	**126**	126	**1.478.916**	1.261.168
Imobilizado	11	**2.513.944**	2.487.526	**1.394.404**	1.467.177
Intangível	12	**401.838**	403.749	**220.359**	247.741
Ativo de direito de uso - IFRS 16	13	**495.024**	344.327	**394.659**	251.282
Total do ativo não circulante		**3.839.536**	3.601.485	**3.761.558**	3.504.867
Total do ativo		**5.296.948**	4.778.755	**4.864.071**	4.414.744

	Notas	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**1.469**	1.566	**1.469**	1.566
Debêntures e notas promissórias	15a	**610.321**	35.737	**610.321**	35.737
Passivo de arrendamento - IFRS 16	16	**110.644**	85.812	**83.679**	61.259
Fornecedores	20	**242.114**	244.553	**142.091**	158.782
Impostos, taxas e contribuições	17	**85.024**	85.388	**39.772**	44.825
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9a	**2.554**	11.263	**-**	7.313
Salários, provisões e encargos sociais	18	**125.536**	86.539	**68.412**	49.541
Dividendos a pagar	22b	**70.310**	105.387	**70.310**	105.387
Valores a restituir aos acionistas		**92**	28.588	**92**	28.588
Receitas antecipadas	21	**9.455**	10.535	**9.268**	9.390
Títulos a pagar		**4.005**	5.634	**3.716**	4.650
Outras obrigações		**18.670**	10.791	**16.148**	8.809
Total do passivo circulante		**1.280.194**	711.793	**1.045.278**	515.847
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**4.769**	6.238	**4.769**	6.238
Debêntures e notas promissórias	15	**1.818.997**	2.203.904	**1.818.997**	2.203.904
Passivo de arrendamento - IFRS 16	16	**406.632**	270.560	**327.688**	198.739
Salários, provisões e encargos sociais		**6.330**	7.241	**3.713**	4.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**75.266**	67.970	**22.616**	33.666
Provisões	19a	**206.469**	142.686	**147.451**	89.352
Obrigação por aquisição de sociedade		**24.129**	19.479	**22.030**	19.479
Receitas antecipadas	21	**17.763**	22.131	**15.721**	19.913
Outras obrigações		**591**	3.526	**-**	-
Total do passivo não circulante		**2.560.946**	2.743.735	**2.362.985**	2.575.670
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**826.831**	826.831	**826.831**	826.831
Reserva legal		**109.581**	99.462	**109.581**	99.462
Reserva de retenção de lucros		**515.170**	390.188	**515.170**	390.188
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído		**4.226**	4.241	**4.226**	4.241
Outros resultados abrangentes		**-**	2.505	**-**	2.505
Lucros acumulados		**-**	-	**-**	-
Total do patrimônio líquido		**1.455.808**	1.323.227	**1.455.808**	1.323.227
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.296.948**	4.778.755	**4.864.071**	4.414.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.090.507	237.937	84.326	30.023	18.443	(24.308)	-	1.436.928
Redução de capital ref. cisão da Companhia (nota 1b)		(263.676)	-	-	-	-	-	-	(263.676)
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	-	-	-	(13.703)	-	-	(13.703)
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	-	-	-	-	26.266	-	26.266
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	(35.623)	-	-	-	-	-	(35.623)
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	(499)	-	499	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(30.023)	-	-	-	(30.023)
Ajuste de conversão de balanço de controlada no exterior		-	-	-	-	-	547	-	547
Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada		-	-	-	-	-	-	448	448
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	302.716	302.716
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		-	-	15.136	-	-	-	(15.136)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	-	-	-	-	-	-	(100.653)	(100.653)
Lucros retidos no exercício		-	187.874	-	-	-	-	(187.874)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		826.831	390.188	99.462	-	4.241	2.505	-	1.323.227
Realização do custo atribuído		**-**	**-**	**-**	**-**	**(15)**	**-**	**15**	**-**
Baixa de ajuste de conversão de balanço		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.505)**	**-**	**(2.505)**
Resultado líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**202.376**	**202.376**
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		**-**	**-**	**10.119**	**-**	**-**	**-**	**(10.119)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(67.290)**	**(67.290)**
Lucros retidos no exercício		**-**	**124.982**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(124.982)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**826.831**	**515.170**	**109.581**	**-**	**4.226**	**-**	**-**	**1.455.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Algar Telecom S.A. ("Algar Telecom" ou "Companhia"), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto e suas principais atividades são a prestação de serviços de telefonia fixa, telefonia celular e comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A Companhia é a holding operacional do segmento de telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, telecomunicações e multimídia, comunicação de dados, internet em banda larga, Data Center, engenharia de telecomunicações, revenda de equipamentos e outros relacionados com as atividades de telecomunicações. As operações da Companhia e das suas controladas não apresentam sazonalidade relevante. Concessões e autorizações - Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. As concessões e autorizações vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, abrangendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e a Smart Telecomunicações, estão descritas, em resumo, conforme quadro abaixo.

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Algar Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	31/12/2025
	Autorização para prestação do STFC longa distância internacional	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do STFC local e longa distância nacional	Todas as regiões do Brasil, exceto área de concessão.	Indeterminado
	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
	Autorizações para prestação do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	Vinculado ao vencimento das outorgas de radiofrequências
	Autorização para prestação de SMP na frequência de 850 MHz denominado Banda A	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	15/01/2023
	Autorização para prestação de SMP nas frequências em 1.900 MHz e 2.100 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	28/04/2023, renováveis por mais 15 anos.
Algar Telecom	Autorização para prestação de SMP na frequência 1.800 MHz, denominado Banda H	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37, exceto região do Triângulo Mineiro.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos.
	Autorização para prestação de SMP com a tecnologia 4G, na frequência 700 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos.
Algar Multimídia	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Algar Soluções	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Smart	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado

Eventos relevantes ocorridos em 2020 - a) Coronavírus – Covid-19. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o principal evento em destaque foi o agravamento da pandemia do coronavírus (Covid-19), trazendo relevantes impactos em todos os setores da economia mundial. Uma abordagem do assunto, voltada para o âmbito da Companhia, no contexto de suas operações, está apresentada na nota explicativa 36b. b) Assinatura do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta - Em 16 de dezembro de 2020 foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Nº 02/2020, firmado entre a ANATEL e a Companhia, com vigência de 30 meses, abrangendo o período de 18/12/2020 a 18/06/2023 (nota explicativa 36a). c) Crédito tributário – PIS/COFINS - Em dezembro de 2020, o processo da controlada Algar Multimidia solicitando, junto à Justiça Federal, o reconhecimento de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS foi julgado favoravelmente à controlada (nota explicativa 7ii). d) Interrupção na prestação de serviços de TV - A Companhia descontinuou a prestação de serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio via satélite, cabo e IP em 2020. A partir deste ano, esses serviços são oferecidos aos clientes através de parcerias com outros prestadores. Eventos relevantes ocorridos em 2019 - a) Aquisição da sociedade SMART Telecomunicações - Em 9 de julho de 2019 a Companhia concluiu o processo de aquisição ("Termo de fechamento"), da Smart Telecomunicações, sociedade sediada em Recife (PE), a qual possui autorização da ANATEL para exploração de serviços de telecomunicações, incluindo, principalmente, serviços de comunicação e multimídia (SCM), serviços de rede e circuito especializado (RCE) e serviço limitado especializado (SLE). O valor máximo da aquisição foi estabelecido em R$ 49.800, sendo que o montante da contraprestação a ser efetivamente transferida para os vendedores depende de eventos futuros, entre eles a apuração de certos montantes de dívida líquida e de capital circulante líquido, cujas diferenças entre os valores realizados e os valores estimados serão ajustadas no valor a pagar, atendendo a uma previsão contratual. Na data do fechamento da operação, a Companhia efetuou o pagamento da parcela à vista, conforme contratado, no montante total de R$ 22.133. O valor restante será pago em 5 parcelas, sendo uma com vencimento 2019, paga no mês de novembro daquele ano, e as outras com vencimentos anuais, de 2022 a 2025, corrigido a 90% do CDI. O laudo de avaliação elaborado por empresa especializada independente para a Alocação do Preço de Compra (PPA) e mensuração do ágio envolvido foi pautado nas informações aplicáveis na data base de 30 de junho de 2019.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Receita operacional líquida	25	**2.350.771**	2.871.117	**1.456.305**	1.350.027
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	26	**(1.267.044)**	(1.730.499)	**(840.586)**	(766.942)
Resultado bruto		**1.083.727**	1.140.618	**615.719**	583.085
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	**(438.427)**	(402.266)	**(280.092)**	(238.055)
Despesas gerais e administrativas	28	**(170.173)**	(234.646)	**(128.233)**	(138.033)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	**40.740**	54.478	**32.835**	62.896
Equivalência patrimonial	11	**-**	-	**199.594**	176.982
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**515.867**	558.184	**439.823**	446.875
Resultado financeiro líquido		**(225.471)**	(101.185)	**(234.740)**	(72.968)
Despesas financeiras	30	**(279.675)**	(257.108)	**(264.505)**	(207.785)
Receitas financeiras	30	**54.204**	155.923	**29.765**	134.817
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**290.396**	456.999	**205.083**	373.907
Imposto de renda e contribuição social		**(88.020)**	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Corrente	9c	**(80.724)**	(118.395)	**(13.758)**	(42.180)
Diferido	9c	**(7.296)**	(35.888)	**11.051**	(29.011)
Resultado líquido do exercício		**202.376**	302.716	**202.376**	302.716
Média ponderada das ações				295.019.806	**295.019.806**
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)				0,69	**1,03**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716	**202.376**	302.716
Baixa de ajuste de conversão de balanços	**(2.505)**	547	**(2.505)**	547
Resultado abrangente total	**199.871**	303.263	**199.871**	303.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**290.396**	456.999	**205.083**	373.907
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**513.756**	503.367	**341.124**	311.567
Equivalência patrimonial	**-**	-	**(199.594)**	(176.982)
Perda com imobilizado e intangível	**3.228**	10.285	**(2.715)**	8.538
Provisão para perda de ativos - TV	**-**	62.390	**-**	62.390
Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures	**137.663**	198.196	**137.663**	177.097
Atualização de crédito tributário	**(18.163)**	(116.200)	**(3.595)**	(116.200)
Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos	**105.971**	19.189	**100.672**	12.071
Provisão para perda esperada de contas a receber	**40.042**	21.389	**32.260**	17.608
Constituição (reversão) de provisões	**46.901**	16.028	**35.155**	7.000
Crédito tributário - PIS e COFINS	**(25.855)**	(138.302)	**-**	(138.302)
Outros ajustes	**-**	(5.190)	**-**	(5.190)
	1.093.939	1.028.151	**646.053**	533.504
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)em contas a receber	**(197.033)**	(66.520)	**(138.860)**	(44.104)
(Aumento) redução em estoques	**(4.266)**	(8.309)	**4.059**	(5.825)
Redução em tributos a recuperar	**63.021**	1.741	**77.201**	7.488
Redução em depósitos judiciais	**4.527**	43.720	**4.050**	42.848
(Aumento) em despesas antecipadas	**(34.469)**	(37.969)	**(10.715)**	(28.372)
(Aumento) redução em outros ativos circulante e não circulante	**370**	511	**(2.495)**	4.440
Aumento (redução) em fornecedores	**26.407**	(15.168)	**10.489**	(21.066)
Aumento (redução)em obrigações sociais	**38.086**	8.618	**18.205**	(8.068)
Aumento (redução) em impostos taxas e contribuições	**(364)**	7.760	**(5.053)**	3.779
Redução em receitas antecipadas	**(5.448)**	(15.472)	**(4.314)**	-
Aumento (redução) de títulos a pagar	**(4.468)**	(1.637)	**(934)**	1.368
Aumento (redução) em outros passivos circulante e não circulante	**(4.902)**	782	**(9.102)**	9.470
Provisões pagas	**(6.186)**	(13.149)	**(4.416)**	(7.463)
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro, pagos	**(84.478)**	(105.551)	**(16.403)**	(36.757)
Tarifas bancárias e outros encargos financeiros pagos	**(19.912)**	(21.776)	**(19.634)**	(22.031)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**864.824**	805.732	**548.131**	429.211
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Em investimentos em controladas	**-**	(51.428)	**-**	(26.361)
Aporte de capital em controladas	**-**	-	**(82.000)**	(91.300)
Em ativo imobilizado e intangível	**(487.243)**	(729.170)	**(203.245)**	(401.521)
Caixa e equivalente envolvido em incorporação, aquisição e cisão	**-**	(76.545)	**-**	-
Dividendos recebidos	**-**	-	**55.004**	127.820
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**(487.243)**	(857.143)	**(230.241)**	(391.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adições de empréstimos e debêntures	**150.000**	785.000	**150.000**	700.000
Pagamento de valor principal de empréstimos e debêntures	**(1.566)**	(138.153)	**(1.566)**	(79.218)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	**(106.078)**	(176.748)	**(106.078)**	(147.414)
Pagamento de outras despesas financeiras sobre debêntures	**(25.249)**	(9.751)	**(25.249)**	(9.210)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(106.709)**	(104.538)	**(77.781)**	(64.227)
Reembolso de capital a acionistas	**(61)**	(618)	**(61)**	(618)
Pagamento de dividendos	**(100.239)**	(105.288)	**(100.239)**	(105.288)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos	**(189.902)**	249.904	**(160.974)**	294.025
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**187.679**	198.493	**156.916**	331.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**424.373**	225.880	**377.503**	45.629
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**612.052**	424.373	**534.419**	377.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Individual 31/12/2020	Individual 31/12/2019
Receitas	**3.586.509**	4.595.832	**2.104.351**	2.381.857
Vendas de mercadorias e serviços	**3.025.266**	3.648.478	**1.866.925**	1.790.821
Receita de construção de ativos próprios	**459.978**	735.308	**177.646**	421.260
Outras receitas	**141.307**	233.435	**92.040**	187.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(40.042)**	(21.389)	**(32.260)**	(17.607)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(1.349.348)**	(1.678.840)	**(870.604)**	(1.023.069)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(524.671)**	(592.074)	**(373.321)**	(352.785)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(824.677)**	(1.086.766)	**(497.283)**	(670.284)
Valor adicionado bruto	**2.237.161**	2.916.992	**1.233.747**	1.358.788
Depreciação e amortização	**(513.756)**	(503.367)	**(341.124)**	(311.567)
Valor adicionado líquido pela entidade	**1.723.405**	2.413.625	**892.623**	1.047.221
Valor adicionado recebido em transferência	**54.204**	155.923	**229.359**	311.799
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	-	**199.594**	176.982
Receitas financeiras	**54.204**	155.923	**29.765**	134.817
Valor adicionado total a distribuir	**1.777.609**	2.569.548	**1.121.982**	1.359.020
Distribuição do valor adicionado	**1.777.609**	2.569.548	**1.121.982**	1.359.020
Pessoal	**485.615**	974.703	**256.397**	290.956
Remuneração direta	**330.761**	740.213	**173.299**	230.067
Benefícios	**90.036**	176.142	**44.945**	46.744
FGTS	**22.544**	58.348	**12.097**	14.145
Outros	**42.274**	-	**26.056**	-
Impostos, taxas e contribuições	**826.416**	1.010.104	**446.684**	546.170
Federais	**265.231**	417.925	**102.716**	172.688
Estaduais	**556.760**	563.848	**343.257**	372.943
Municipais	**4.425**	28.331	**711**	539
Juros	**175.771**	210.144	**166.139**	180.736
Aluguéis	**87.431**	71.881	**50.386**	38.442
Dividendos	**67.290**	100.653	**67.290**	100.653
Lucro retido no exercício	**135.086**	202.063	**135.086**	202.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734024.

Os saldos das principais rubricas do balanço patrimonial de 30/06/2019 da Smart Telecomunicações, base da aquisição, estão apresentados abaixo:

Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	83
Contas a receber	1.216
Estoques	954
Outros créditos	152
Total do ativo circulante	2.405
Ativo não circulante	
Direito indenizatório de provisões	31.611
Imobilizado	3.445
Custo	4.868
(-) Depreciação	(1.423)
Intangível	31
Custo	49
(-) Amortização	(18)
Total do ativo não circulante	35.087
Total do ativo	37.492
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Empréstimos e financiamentos	85
Fornecedores	833
Impostos, taxas e contribuições	207
Imposto de renda e contribuição social a pagar	474
Salários, provisões e encargos sociais	1.180
Total do passivo circulante	2.779
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos	685
Provisões	31.611
Outras obrigações	968
Total do passivo não circulante	33.264
Patrimônio líquido	
Capital social	2.500
Reserva de lucros	269
Prejuízos acumulados	(1.320)
Total do patrimônio líquido	1.449
Total do passivo e do patrimônio líquido	37.492

Segue resumo contendo as principais informações do laudo de avaliação:

(a) Contraprestação envolvida, ao valor presente			42.440
(b) Valor justo dos ativos adquiridos, líquido			21.515
(c) Patrimônio líquido contábil (30/06/2019)			1.449
(d) Mais valia (b - c)			20.066
Mais valia de imobilizado identificado		3.879	
Mais valia de intangível identificado		16.187	
Marcas	439		
Carteira de clientes	3.324		
Direito de uso de postes	12.424		
(e) Ágio por rentabilidade futura (goodwill) (a - c - d)			20.925

A mais valia está líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Cisão de investimento na Companhia - Em 2 de dezembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, cujo acervo líquido cindido foi composto pelo saldo do investimento avaliado pela equivalência patrimonial, representativo da totalidade da participação societária da Algar Telecom na Algar TI. Em razão da cisão realizada, para retirada do investimento na Algar TI, a qual deixou de ser sua controlada a partir daquela data, as rubricas do balanço patrimonial consolidado da Algar TI não foram incluídas na consolidação de 31/12/2019 da Companhia. Dessa forma, a comparação dos balanços patrimoniais consolidado de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a comparação das demonstrações de resultados de 2019 e 2020 devem levar em conta os impactos dessa operação. Os saldos das principais rubricas do balanço patrimonial de 30/11/2019, consolidado, da Algar TI, controlada da Companhia até 1º de dezembro de 2019 estão apresentados abaixo:

	Algar TI - consolidado
Ativo	**30/11/2019**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	76.545
Contas a receber	165.641
Outros créditos	58.664
	300.850
Não circulante	
Imobilizado	227.462
Intangível	169.229
Direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)	20.434
Outros créditos	41.807
	458.932
Total do ativo	759.782
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Empréstimos e debêntures	49.749
Passivo de arrendamento - CPC 06 (IFRS 16)	13.918
Fornecedores	41.750
Salários, provisões e encargos sociais	91.272
Outras obrigações	31.260
	227.949
Não circulante	
Empréstimos e debêntures	199.714
Passivo de arrendamento - CPC 06 (IFRS 16)	7.214
Provisões	21.357
Outras obrigações	12.051
	240.336
Patrimônio líquido	291.497
Total do passivo e do patrimônio líquido	759.782

O balanço da Algar Telecom, base da cisão foi o de 30 de setembro de 2019, o qual constou o saldo do investimento, objeto da cisão, no montante de R$275.485. O saldo efetivamente baixado foi o de 30/11/2019, no valor de R$286.736 (nota explicativa nº 10a) e a diferença de R$4.761, em relação ao saldo do patrimônio líquido de 30/11/2019 da Algar TI, refere- se a ajuste de lucros não realizados para fins de equivalência patrimonial. Conforme demonstrado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, essa operação implicou na redução do capital social da Companhia em R$263.676, na baixa de ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído a ativos da Algar Tecnologia) no valor de R$13.703, na baixa de um saldo devedor de (R$26.266), reflexo da Algar TI, referente a opção de compras de ações da Algar TI, exercida pela própria Algar TI, e baixa de reserva de retenção de lucros no valor de R$35.623, completando uma redução do patrimônio líquido no montante do investimento cindido, qual seja R$286.736. c) Exclusão dos serviços de TV por assinatura do portfólio de produtos da Companhia - Conforme acordo celebrado em dezembro de 2019, com empresa prestadora de serviços de telecomunicações via satélite, e aprovado pela Administração, a Companhia excluiu do seu portfólio de produtos o serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio via satélite (DTH), representativo de aproximadamente 5,5% da sua receita bruta (2,7% no consolidado), passando a atuar como parceiro credenciado nesse ramo de negócio.

2. Bases de preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2021. b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras individual e consolidado estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas com sede no Brasil. As sociedades sediadas na Argentina, México, Colômbia e Chile, que foram controladas indiretas da Companhia até 1º de dezembro de 2019 possuem as suas respectivas moedas funcionais, sendo que as suas demonstrações financeiras foram convertidas para o Real (R$) para fins de consolidação. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação societária vigente e normas contábeis aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber; • Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado; • Nota Explicativa nº 12 - Intangível; • Nota Explicativa nº 13 - Ativo de direito de uso • Nota Explicativa nº 19 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Sumário das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. a) Bases de consolidação - i) Controladas - Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas integram a consolidação a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

ii) Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Participação percentual (%) em 31/12/2020 e 31/12/2019	
	No capital social	**No capital votante**
Participações diretas:		
Algar Multimídia	100	100
Algar Soluções	100	100
Smart Telecomunicações	100	100

(i) Em 2 de dezembro de 2019 foi realizada uma cisão na Companhia objetivando a retirada do investimento referente à participação societária direta na Algar TI. Consequentemente, as participações indiretas da Companhia também deixaram de existir. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora. Os procedimentos de consolidação utilizados pela Companhia são os previstos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IFRS 10 - Consolidated Financial Statements. b) Transações em moeda estrangeira - As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação. c) Ativos circulantes e não circulantes - i) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo e que são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de sua aplicação. ii) Investimentos - São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável. iii) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que ele esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais esses ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse ativo. Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada entre o valor de alienação e o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Reconhecimento e mensuração - Depreciação - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Edifícios e benfeitorias	**26**	27
Equipamentos de comutação	**9**	9
Equipamentos de terminais	**7**	7
Equipamentos e meios de transmissão*	**21**	18
Equipamentos de energia e climatização	**10**	10
Infraestruturas	**29**	29
Veículos	**6**	6
Móveis e utensílios	**9**	9
Equipamentos de processamento de dados	**7**	7

*A variação na vida útil média verificada nessa linha deve-se ao aumento da vida útil média de cabo fibra, conforme revisão realizada.

Ativos arrendados são depreciados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que a Companhia tenha a intenção de obter sua propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. iv) Intangível - Ágio - O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos. Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável. Concessões e autorizações - A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de Backbone, entre outros. Outros ativos intangíveis - As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Gastos subsequentes - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização - As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Sistemas de informação	**7**	7
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	**17**	17
Direito de uso TV por Satélite-DTH	**15**	15
Direito do uso de Backbone*	**18**	21
Marcas e patentes	**7**	7
Outorgas regulatórias	**14**	14
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas	**3**	-

*As vidas úteis são conforme contratos de Direito de Uso

v) Ativos e passivos financeiros - Reconhecimento inicial - A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a Companhia realiza uma classificação do mesmo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros é reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. Desreconhecimento de ativo financeiro - Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. Desreconhecimento de passivo financeiro - A Companhia realiza a baixa do passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. Classificação de instrumentos financeiros - A classificação do ativo financeiro tem por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. Reconhecimento e mensuração inicial - Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação de ativos financeiros - O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal. Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. Redução ao valor recuperável - Os requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. Reconhecimento de perda de crédito esperada - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais são aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. A Companhia aplica os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa provisão é contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na data do balanço é mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, é feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses. O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável. vi) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. Redução ao valor recuperável - O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais. d) Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. i) Concessão e autorização de serviços de telecomunicações a pagar - O valor devido é registrado com base em atos expedidos pela ANATEL, no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado (STFC), e 2% sobre a receita líquida de serviço móvel pessoal (SMP). Considera-se a receita apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais. ii) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. iii) Benefícios a empregados - Plano de pensão - As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. iv) Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. v) Arrendamento mercantil financeiro - Os arrendamentos mercantis em que a Companhia é parte como arrendatária, e detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros (CPC-06_R1, norma válida até 31 de dezembro de 2018, entrando em vigor no dia 1º de janeiro de 2019 a versão R2 com alterações relevantes). O reconhecimento contábil é feito no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual. A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e leaseback financeiro, envolvendo a cessão de direito e uso de torres, que são ativos reversíveis à Anatel, e o concomitante arrendamento de parte do mesmo ativo cedido. e) Reconhecimento de receitas - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. i) Venda de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e banda larga - As receitas relativas a esses serviços são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. A receita referente à venda dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos é diferida e reconhecida no resultado à medida que esses créditos são efetivamente consumidos. ii) Locação de equipamentos - As receitas são geradas via locação de modens relacionados a prestação de serviços de banda larga a clientes do segmento varejo, e também via locação de roteadores e switches relacionados a prestação de serviços de internet link a clientes corporativos. Estes valores são reconhecidos mensalmente durante a vigência contratual. iii) Operações de permuta de bens e serviços - As entidades Algar Telecom e Algar Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas por seu valor justo e são reconhecidas por seu valor justo pelo regime de competência no momento em que há a transferência do risco, no caso de mercadorias, e a efetiva prestação dos serviços. A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços. iv) Receitas de aparelhos e acessórios - A Companhia reconhece receitas de aparelhos e acessórios quando um cliente assume o controle do dispositivo.

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734025.

Em caso de o cliente adquirir um aparelho com subsídio, ou seja, "serviço + aparelho", a Algar aloca uma parte de seus faturamentos de serviços futuros ao aparelho e reconhece a receita na entrega do aparelho no início do contrato, o que resulta em um ativo contratual. Adotamos o expediente prático para desconsiderar os efeitos de um componente de financiamento significativo, quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos. Para os contratos com prazos superiores a um ano (somente para venda de modem), os valores relacionados são imateriais v) Receita de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) e gestão de ambiente de tecnologia - Na Algar TI Consultoria S/A (controlada da Companhia até 1º de dezembro de 2019), as receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até à data de fechamento mensal. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer. Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, a receita de serviços é reconhecida pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático. Julgamentos e estimativas significativas - Os clientes da Companhia geralmente assinam contratos de serviço com um período de fidelização em troca de descontos em aparelhos, taxas, ou ainda nas mensalidades do serviço. Foi aplicado um julgamento para determinar que, para fins contábeis, o período de contrato abrange todo o período de fidelização do cliente, concluindo que o prazo de fidelização precisa ser cumprido devido à cobrança de multa proporcional, sendo esta multa significativa em qualquer momento da vida do contrato com o cliente. Nos casos em que um contrato inclui um aparelho e acessórios, para os quais reconhecemos receita em um determinado momento, e serviços, para os quais reconhecemos receita proporcionalmente ao longo do tempo, é necessário julgamento para determinar o "Standalone Selling Price – SSP" para cada obrigação de desempenho distinta e alocar a receita correspondente. Usamos uma gama de valores para estimar o "SSP" quando vendemos cada um dos produtos e serviços separadamente. Ativos e passivos do contrato - Os ativos contratuais referem-se principalmente à parcela remanescente dos faturamentos de serviços futuros da Companhia alocados aos aparelhos e reconhecidos na receita na entrega do aparelho no início do contrato, bem como ajustes temporais no reconhecimento das demais linhas de receita. Incluímos substancialmente todos os ativos contratuais em nosso balanço patrimonial consolidado como um componente de despesas antecipadas. Já os passivos contratuais, apresentados no grupo de receitas antecipadas, referem-se às obrigações de transferir bens e serviços aos clientes, em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação ou o valor já é devido ao cliente. Custo para obter contratos com clientes - Um ativo para os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente é reconhecido, se for esperado que existam benefícios futuros pelo pagamento desses custos. Esses valores são compostos de comissões, benefícios relacionados e impostos sobre folha de pagamento para funcionários de vendas da Companhia e comissões pagas a nossos parceiros de canal de distribuição terceirizados. Amortizamos esses custos proporcionalmente ao longo do período estimado de fidelização com o cliente, o que exclui futuras renovações contratuais. Os custos diferidos relacionados a despesas necessárias para obter um contrato estão reconhecidos como um componente de despesas antecipadas em nosso balanço patrimonial consolidado.

f) Receitas e despesas financeiras - Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos. Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e de provisões, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") e perdas em instrumentos financeiros derivativos reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício. g) Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada, quando aplicável, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, nos exercícios apresentados. h) Informações por segmento - As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos aos membros da diretoria executiva, que são os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos abrangidos pela Companhia e controladas. A diretoria executiva definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais estão segmentados principalmente entre os tipos de serviços prestados. Os segmentos definidos são os seguintes: Até 30 de novembro de 2019 as informações financeiras consolidadas da Algar Telecom eram compostas por dois segmentos de negócio: Telecom e Tech - BPO/Gestão de TI - Telecom - representa a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; telefônicos. Tech - BPO/Gestão de TI – segmento incluído na consolidação até 30 de novembro de 2019, oferece soluções em tecnologia para processos de negócios, por meio de infraestrutura de TI, serviços gerenciados, gestão de negócios e relacionamento com o cliente. Inclui a prestação de serviços de contact center, BPO (Business Process Outsourcing) e soluções em tecnologia da informação. Devido à cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 1b, esse segmento não integra mais as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, As informações referentes aos segmentos aplicáveis estão na nota explicativa nº 32, a qual inclui o modelo de acompanhamento dos negócios pela Companhia, com a segregação das rubricas de resultado por tipo de cliente – B2B e B2C, conforme divulgado, em nota explicativa, a partir de 30 de setembro de 2020. i) Patrimônio líquido - Reserva de lucros - Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros. Reserva legal - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. Dividendos - Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, sobre os lucros do exercício, após deduzido 5% para constituição da reserva legal, são calculados dividendos mínimos obrigatórios de 35%. Tendo por base o disposto na Lei das sociedades porá ações, os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da assembleia geral de acionistas que houver aprovado a distribuição, são considerados prescritos. Em linha com o seu estatuto social, que prevê a reversão dos dividendos prescritos em favor da Entidade, a Companhia assim procede, realizando a baixa do passivo de dividendos prescritos, tendo como contrapartida rubrica específica no resultado do exercício. Valores a restituir aos acionistas - Para os casos de grupamentos ou conversões de ações realizados pela Companhia, conforme autorizado pela legislação societária e pelos Órgãos da Administração, sempre com a comunicação oficial, legalmente requerida, cálculos são realizados para as frações de ações resultantes, apurando-se os valores a restituir aos acionistas envolvidos. As frações de ações são convertidos em valores com base no VPA - Valor Patrimonial da Ação aplicável à época da operação. Com o montante apurado, uma obrigação de restituição aos acionistas é contabilmente reconhecida pela Companhia. Após a conclusão dos atos societários aplicáveis aos grupamentos ou conversões de ações e tendo completados os prazos previstos como parte dessas operações, os valores são pagos ou colocados à disposição dos acionistas. Os valores não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data oficialmente comunicada, são considerados prescritos pela Companhia, sendo o passivo correspondente baixado em contrapartida do resultado do exercício. j) Demonstração dos fluxos de caixa - A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03. k) Arrendamento - Ao firmar os contratos, a Companhia e suas controladas avaliam se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. Os seguintes requisitos são considerados na avalição dos contratos de arrendamento: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia; • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20 (vinte mil reais). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem: • Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; • O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; • O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e • Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01) (R1). Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em que ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento. PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento - A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS l) Novas normas e interpretações - i) Normas novas ou revisadas em vigor no exercício de 2020:- CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatórios financeiros. - Alteração à IFRS 16 (CPC 06) - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19. ii) Normas novas, emitidas e ainda não aplicáveis - As principais normas novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até à data de emissão dessas demonstrações financeiras são as apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas novas ou alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17	Contratos de Seguros
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Alterações à IFRS 3	Definição de negócios
- Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de "material" (materialidade)
- Alteração à IAS 1 (CPC 26)	Classificação do passivo em circulante ou não circulante
- Alteração à IAS 16 (CPC 27)	Receitas geradas pelo imobilizado antes da sua colocação no uso pretendido

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	**4.746**	10.946	**4.143**	8.110
Aplicações de liquidez imediata	**607.306**	413.427	**530.276**	369.393
	612.052	424.373	**534.419**	377.503

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário) e Operações Compromissadas (títulos emitidos pelos bancos, lastreados por títulos privados ou públicos, registrados na CETIP), remuneradas por uma taxa média de 104,6% do CDI no individual e 104,2% do CDI no consolidado. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 31c.

5. Aplicações financeiras de longo prazo - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia possuíam aplicações financeiras de liquidez não imediata, as quais estavam dadas em garantia de processos judiciais envolvendo essas sociedades.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações de longo prazo:				
Algar Telecom	**1.020**	998	**1.020**	998
Algar Multimídia	**1.334**	1.318	**-**	-
Total das aplicações de longo prazo	**2.354**	2.316	**1.020**	998

6. Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores faturados	**549.148**	362.402	**363.972**	224.902
Valores não faturados	**183.679**	213.705	**97.466**	126.656
	732.827	576.107	**461.438**	351.558
Ajuste a valor presente	**(17.719)**	(3.789)	**(13.158)**	(3.032)
Provisão para perda esperada	**(70.147)**	(70.418)	**(59.335)**	(56.055)
	644.961	501.900	**388.945**	292.471
Ativo circulante	**517.896**	477.254	**294.142**	272.322
Ativo não circulante	**127.065**	24.646	**94.803**	20.149

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes, estão divulgadas na nota explicativa nº 31a.

a) A composição por idade dos valores a receber vencidos e saldo dos valores a vencer é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos até 30 dias	**60.417**	57.673	**37.859**	39.197
Vencidos entre 31 e 60 dias	**24.556**	22.237	**14.701**	13.826
Vencidos entre 61 e 90 dias	**13.589**	12.433	**8.247**	7.940
Vencidos entre 91 e 120 dias	**11.715**	8.892	**6.519**	6.008
Vencidos há mais de 120 dias	**114.755**	113.920	**82.101**	85.448
Total vencidos	**225.032**	215.155	**149.427**	152.419
Valores faturados a vencer	**324.116**	147.247	**214.545**	72.483
Valores não faturados	**183.679**	213.705	**97.466**	126.656
	732.827	576.107	**461.438**	351.558

b) A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**(70.418)**	(99.101)	**(56.055)**	(76.782)
Constituição de provisão no exercício	**(40.042)**	(21.390)	**(32.260)**	(17.608)
Baixas contra contas a receber	**40.313**	46.903	**28.980**	38.335
Baixa pela exclusão da Algar TI da consolidação (cisão em dez/19)	**-**	3.170	**-**	-
Saldo Final	**(70.147)**	(70.418)	**(59.335)**	(56.055)

7. Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS - ativo imobilizado (i)	**135.578**	131.220	**65.163**	73.717
PIS/COFINS (ii)	**217.445**	253.359	**176.134**	252.842
IRPJ/CSLL	**18.577**	10.073	**17.044**	9.094
INSS	**2.407**	2.341	**2.043**	1.991
ISS	**188**	281	**154**	278
Outros	**1.440**	959	**638**	455
	375.635	398.233	**261.176**	338.377
Ativo circulante	**194.548**	154.170	**137.563**	130.689
Ativo não circulante	**181.087**	244.063	**123.613**	207.688

(i) Os valores correspondentes ao "ICMS - ativo imobilizado" referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) O saldo é composto, principalmente de créditos tributários da Algar Telecom e da Algar Multimídia, atualizados monetariamente, conforme processos transitados em julgado, que solicitaram junto à Justiça Federal, o reconhecimento de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS. Os julgamentos favoráveis às duas empresas ocorreram, respectivamente, em 27/06/2019 e 02/12/2020.

Em 29/10/2019 a Companhia obteve, da Justiça Federal, a autorização para o início da compensação do crédito a qual estima-se ocorrer num prazo de 37 meses. Até à emissão dessas demonstrações financeiras a Algar Multimídia ainda não tinha obtido essa autorização.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comissões sobre vendas (CPC 47) (i)	**120.111**	86.440	**63.191**	52.872
Licenças de softwares	**5.418**	5.844	**4.533**	5.525
Taxas ANATEL	**15.140**	6.410	**15.140**	6.304
Seguros a apropriar	**1.151**	855	**842**	621
Subsídios de aparelhos celulares	**1.724**	2.591	**1.724**	2.591
Consultoria de projetos	**-**	7.296	**-**	7.296
Outras	**3.391**	3.030	**3.311**	2.817
	146.935	112.466	**88.741**	78.026
Passivo circulante	**81.555**	78.655	**59.358**	57.392
Passivo não circulante	**65.380**	33.811	**29.383**	20.634

(i) Refere-se ao custo incremental por obtenção de contratos, reconhecido conforme disposto no CP 47- Receita de contrato com cliente. As apropriações ocorrerão em bases sistemáticas consistentes com as transferências dos serviços ao cliente, tendo como base o prazo médio estimado para os contratos. Em 2020, a Companhia revisou o prazo médio dos contratos, utilizando metodologias estatísticas com técnicas de análise de sobrevivência, resultando numa atualização, principalmente para o segmento B2B, do prazo médio esperado para a amortização dos ativos. O aumento do saldo contábil em relação ao ano anterior deve-se, ao aumento das operações, bem como o aumento do prazo de apropriação desta rubrica.

9. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	**(15.556)**	(73.014)	**-**	(7.458)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	**13.002**	61.767	**-**	145
	(2.554)	(11.247)	**-**	(7.313)
Saldo ativo circulante (i)	**-**	16	**-**	-
Saldo passivo circulante	**(2.554)**	(11.263)	**-**	(7.313)

(i) O valor R$ 16, referente a 31/12/2019, consolidado) está incluído na rubrica de outros créditos, no ativo circulante, em razão da imaterialidade apresentada.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	**19.224**	23.137	**18.592**	15.913
Provisões e outras	**88.870**	67.443	**65.165**	52.551
IR diferido - CPC06 - IFRS16	**5.563**	3.008	**4.177**	2.179
	113.657	93.588	**87.934**	70.643
Contribuição social:				
Base negativa	**8.452**	7.496	**8.452**	7.496
Provisões e outras	**29.845**	22.815	**23.459**	18.918
CSLL diferida - CPC06 - IFRS16	**1.982**	1.064	**1.504**	784
	40.279	31.375	**33.415**	27.198
Total do ativo não circulante	**153.936**	124.963	**121.349**	97.841
Passivo				
Imposto de renda:				
Exclusões temporárias	**1.468**	1.615	**-**	-
Custo atribuído a ativos	**1.045**	1.052	**1.045**	1.052
Lei 11.638/2007 e outros	**137.221**	115.472	**87.202**	78.216
IRPJ diferido - CPC47	**30.028**	21.610	**15.798**	13.218
IRPJ diferido - CPC48	**4.223**	5.472	**1.812**	4.211
	173.995	145.221	**105.857**	96.697
Contribuição social:				
Exclusões temporárias	**341**	-	**-**	-
Custo atribuído a ativos	**376**	379	**376**	379
Lei 11.638/2007 e outros	**44.212**	38.602	**31.393**	28.157
CSLL diferida - CPC47	**9.156**	6.832	**5.687**	4.758
CSLL diferida - CPC48	**1.122**	1.899	**652**	1.516
	55.207	47.712	**38.108**	34.810
Total do passivo não circulante	**229.202**	192.933	**143.965**	131.507
Saldo passivo não circulante, líquido	**(75.266)**	(67.970)	**(22.616)**	(33.666)

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, (consolidado) está apresentada no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	**-**	36.304
2021	**39.882**	41.010
2022	**43.350**	47.649
2023	**57.426**	-
2024	**13.278**	-
	153.936	124.963

c) Tributos sobre o resultado

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Corrente:				
Imposto de renda	**(62.807)**	(87.312)	**(10.146)**	(30.786)
Contribuição social	**(17.917)**	(31.083)	**(3.612)**	(11.394)
	(80.724)	(118.395)	**(13.758)**	(42.180)
Diferido:				
Imposto de renda	**(8.735)**	(24.804)	**8.132**	(21.067)
Contribuição social	**1.439**	(11.084)	**2.919**	(7.944)
	(7.296)	(35.888)	**11.051**	(29.011)
	(88.020)	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Imposto de renda	**(71.542)**	(112.116)	**(2.014)**	(51.853)
Contribuição social	**(16.478)**	(42.167)	**(693)**	(19.338)
	(88.020)	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)

d) Demonstração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e da equivalência patrimonial	**290.396**	456.999	**5.489**	196.925
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(98.735)**	(155.380)	**(1.866)**	(66.955)
Incentivos fiscais: inovação tecnológica	**-**	2.691	**-**	501
Baixa de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, por cisão na Algar Telecom	**-**	(5.265)	**-**	(5.265)
Efeito de isenção de contribuição social	**9.983**	-	**-**	-
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	**1.895**	3.384	**-**	1.238
Outras adições e exclusões permanentes	**(1.842)**	-	**(860)**	-
Outros ajustes	**679**	287	**19**	(710)
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	**(88.020)**	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Alíquota efetiva	**30,31%**	33,76%	**49,32%**	36,15%

10. Investimentos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participação em empresas controladas:				
Investimento pela equivalência patrimonial	**-**	-	**1.440.711**	1.220.937
Mais-valia sobre ativos de sociedade adquirida	**-**	-	**17.056**	19.082
Ágio (goodwill) na aquisição de sociedade	**-**	-	**21.149**	21.149
Outros investimentos	**126**	126	**-**	-
	126	126	**1.478.916**	1.261.168

a) Mutação dos investimentos

	Algar Multimídia	Algar Soluções	Algar TI	Smart	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	780.953	260.792	280.059	-	1.321.804
Adiantamento para futuro aumento de capital, capitalizado no período	-	17.000	-	-	17.000
Adiantamento para futuro aumento de capital, a capitalizar	-	67.300	-	7.000	74.300
Aquisição de sociedade - Investimento pela equivalência patrimonial junho/19 – Smart	-	-	-	1.449	1.449
Aquisição de sociedade - Mais valia – Smart	-	-	-	20.066	20.066
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	-	(984)	(984)
Aquisição de sociedade - Ágio (goodwill) – Smart	-	-	-	21.149	21.149
Dividendos adicionais de 2018, aprovados	(13.827)	(132)	(4.699)		(18.658)
Distribuição de lucros retidos, recebidos	(58.000)	-	-	-	(58.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	(40.291)	(327)	-	-	(40.618)
Equivalência patrimonial	164.048	1.377	11.187	370	176.982
Equivalência patrimonial sobre ajuste de conversão de balanços de controladas	-	-	547	-	547
Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada	32.419	-	(358)	806	32.867
Baixa conf. cisão do investimento em Dez/2019	-	-	(286.736)	-	(286.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	865.302	346.010	-	49.856	1.261.168
Equivalência patrimonial	**112.582**	**83.300**	**-**	**3.712**	**199.594**
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, já capitalizado	**-**	**10.000**	**-**	**-**	**10.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, a capitalizar	**-**	**60.000**	**-**	**12.000**	**72.000**
Dividendos adicionais de 2019, aprovados	**(14.255)**	**(131)**	**-**	**-**	**(14.386)**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	**(27.651)**	**(19.784)**	**-**	**-**	**(47.435)**
Amortização de Mais valia – Smart	**-**	**-**	**-**	**(2.025)**	**(2.025)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**935.978**	**479.395**	**-**	**63.543**	**1.478.916**

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734026.

b) Informações sobre as controladas diretas, com base nas Informações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	31/12/2020		
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart
Ativo circulante	271.625	115.411	20.684
Ativo não circulante	1.007.555	469.966	41.168
Total do ativo	1.279.180	585.377	61.852
Passivo circulante	198.500	83.336	5.901
Passivo não circulante	144.702	22.646	30.614
Patrimônio líquido	935.978	479.395	25.337
Capital social	439.577	342.980	9.500
Receita líquida	635.041	247.687	19.667
Resultado líquido do exercício	112.582	83.300	3.713

	31/12/2019			
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart (i)	AlgarTI Consultoria (ii)
Ativo circulante	250.179	52.381	8.414	-
Ativo não circulante	927.014	350.940	39.599	-
Total do ativo	1.177.193	403.321	48.013	-
Passivo circulante	189.319	46.212	3.990	-
Passivo não circulante	122.572	11.099	34.399	-
Patrimônio líquido	865.302	346.010	9.624	-
Capital social	439.577	265.680	2.500	-
Receita líquida	665.529	105.464	10.143	202.364
Resultado líquido do exercício	164.049	1.377	370	11.089

(i) Sociedade adquirida em julho de 2019.
(ii) Em 02/12/2019 foi realizada a cisão do investimento referente à participação societária da Algar Telecom na Algar TI. Em razão dessa operação, os saldos dos grupos contábeis do balanço patrimonial de 31/12/2019 não estão sendo apresentados.

	Individual 31/12/2020 e 31/12/2019		
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart
Quantidade de ações ou quotas possuídas:			
Ações ON	41.015	8	
Ações PN	21.250	-	
Quotas	-	-	2.499.999
	62.265	8	2.499.999
Percentual de participação direta da controladora:			
No capital social	100%	100%	100%
No capital votante	100%	100%	100%

11. Imobilizado - a) Imobilizado - Valor líquido contábil - consolidado:

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
						31/12/2020						
Custo	172.169	373.183	736.140	2.290.901	129.941	169.418	7.679	99.738	1.007.984	16.820	216.842	5.220.815
Depreciação acumulada	(83.614)	(314.117)	(278.126)	(1.135.241)	(83.774)	(98.813)	(4.926)	(73.469)	(634.791)	-	-	(2.706.871)
Imobilizado líquido	88.555	59.066	458.014	1.155.660	46.167	70.605	2.753	26.269	373.193	16.820	216.842	2.513.944
						31/12/2019						
Custo	162.171	351.810	601.916	2.103.922	114.610	171.008	12.842	97.575	906.675	16.820	375.765	4.915.114
Depreciação acumulada	(75.901)	(303.357)	(226.638)	(1.038.791)	(75.067)	(93.044)	(8.048)	(66.666)	(540.076)	-	-	(2.427.588)
Imobilizado líquido	86.270	48.453	375.278	1.065.131	39.543	77.964	4.794	30.909	366.599	16.820	375.765	2.487.526

b) Movimentação do custo - consolidado

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2018	293.787	351.522	495.780	1.898.829	183.914	161.752	25.293	121.845	885.882	27.822	443.043	4.889.469
Adições	32	72	-	57	-	1.457	26	22	684	-	664.039	666.389
Baixas	(1)	(4.135)	(60.213)	(21.218)	(2.537)	(296)	(9.006)	(1.230)	(8.069)	-	(42)	(106.747)
Provisão para perda - TV	(2.785)	-	(62.069)	(46.120)	(2.230)	(435)	-	(2.874)	(4.355)	-	(9.596)	(130.464)
Aquisição da Smart	2	-	-	172	-	1.465	39	135	565	-	2.049	4.427
Mais valia na aquisição da Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.879	3.879
Transferências *	12.765	4.351	240.268	272.444	11.534	7.065	256	12.683	153.241	-	(721.576)	(6.969)
Cisão – baixa de saldos consolidados da Algar TI	(141.629)	-	(11.850)	(242)	(76.071)	-	(3.766)	(33.006)	(121.273)	(11.002)	(6.031)	(404.870)
31/12/2019	162.171	351.810	601.916	2.103.922	114.610	171.008	12.842	97.575	906.675	16.820	375.765	4.915.114
Adições	76	-	2	22	38	3	-	13	1.127	-	380.513	381.794
Baixas	(316)	(5.783)	(113.181)	(41.960)	(3.672)	(430)	(5.174)	(2.190)	(11.014)	-	-	(183.720)
Provisão para perda	-	-	(4.815)	(13.017)	(868)	(47)		(1.455)	(660)	-	-	(20.862)
Reversão de provisão	2.786	-	62.069	46.120	2.230	435	-	2.874	4.355	-	-	120.869
Transferências *	7.452	27.156	190.149	195.814	17.603	(1.551)	11	2.921	107.501	-	(539.436)	7.620
31/12/2020	172.169	373.183	736.140	2.290.901	129.941	169.418	7.679	99.738	1.007.984	16.820	216.842	5.220.815

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Movimentação da depreciação - consolidado

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2018	(105.340)	(288.885)	(253.166)	(993.292)	(96.096)	(86.416)	(13.991)	(82.744)	(508.491)	(2.428.421)
Adições	(8.313)	(18.596)	(76.868)	(95.477)	(13.733)	(6.268)	(1.921)	(8.417)	(105.558)	(335.151)
Baixas	12	3.651	51.305	20.028	2.202	256	5.978	872	6.941	91.245
Provisão para perda - TV	1.109	-	33.581	28.011	1.327	337	-	2.297	2.094	68.756
Aquisição da Smart	(1)	-	-	(172)	-	(282)	(39)	(22)	(909)	(1.425)
Transferências	(20)	473	9.470	1.759	(22)	(671)	11	(290)	(10.710)	-
Cisão - baixa de saldo consolidados da Algar TI	36.652	-	9.040	352	31.255	-	1.914	21.638	76.557	177.408
31/12/2019	(75.901)	(303.357)	(226.638)	(1.038.791)	(75.067)	(93.044)	(8.048)	(66.666)	(540.076)	(2.427.588)
Adições	(6.649)	(16.494)	(101.160)	(104.912)	(10.731)	(6.149)	(422)	(7.464)	(101.913)	(355.894)
Baixas	45	5.734	79.335	26.167	2.969	263	3.544	1.672	8.969	128.698
Provisão para perda	-	-	3.720	10.390	631	44	-	1.201	555	16.541
Reversão de provisão	(1.109)	-	(33.581)	(28.011)	(1.327)	(337)	-	(2.296)	(2.095)	(68.756)
Transferências *	-	-	198	(84)	(249)	410	-	84	(231)	128
31/12/2020	(83.614)	(314.117)	(278.126)	(1.135.241)	(83.774)	(98.813)	(4.926)	(73.469)	(634.791)	(2.706.871)

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

d) Imobilizado - Valor líquido contábil - individual:

Individual	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
						31/12/2020						
Custo	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662
Depreciação acumulada	(65.711)	(312.466)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.545)	-	-	(2.032.258)
Saldo líquido	66.035	58.922	321.435	641.395	27.561	38.162	1.942	14.345	135.101	11.918	77.588	1.394.404
						31/12/2019						
Custo	122.854	349.990	493.805	1.404.254	82.326	114.168	9.506	71.390	485.446	11.918	193.217	3.338.874
Depreciação acumulada	(59.625)	(301.741)	(184.082)	(792.990)	(57.553)	(72.247)	(6.160)	(54.236)	(343.063)	-	-	(1.871.697)
Saldo líquido	63.229	48.249	309.723	611.264	24.773	41.921	3.346	17.154	142.383	11.918	193.217	1.467.177

e) Movimentação do custo - individual

Individual	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2018	122.120	349.800	425.502	1.317.473	78.902	110.650	12.795	69.261	425.850	11.918	254.687	3.178.958
Adições	-	-	-	209	-	-	16	-	460	-	387.232	387.917
Baixas	-	(4.062)	(58.296)	(20.048)	(2.090)	(261)	(3.459)	(446)	(3.250)	-	(7)	(91.919)
Provisão para perda - TV	(2.785)	-	(62.069)	(46.120)	(2.230)	(435)	-	(2.874)	(4.355)	-	(9.596)	(130.464)
Transferências *	3.519	4.252	188.668	152.740	7.744	4.214	154	5.449	66.741	-	(439.099)	(5.618)
31/12/2019	122.854	349.990	493.805	1.404.254	82.326	114.168	9.506	71.390	485.446	11.918	193.217	3.338.874
Adições	76	-	2	22	38	3	-	13	1.127	-	143.511	144.792
Baixas	(76)	(5.761)	(109.468)	(39.119)	(2.296)	(318)	(3.954)	(1.620)	(5.119)	-	-	(167.731)
Provisão para perda	-	-	(4.733)	(13.017)	(868)	(47)		(1.454)	(660)	-	-	(20.779)
Reversão de Provisão	2.785	-	62.068	46.120	2.231	435	-	2.874	4.355	-	-	120.868
Transferências *	6.107	27.159	94.330	95.695	9.336	(45)	11	1.688	35.497	-	(259.140)	10.638
31/12/2020	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

f) Movimentação da depreciação - individual

Individual	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2018	(56.268)	(287.316)	(212.170)	(780.369)	(54.556)	(68.271)	(7.513)	(52.144)	(293.686)	(1.812.293)
Adições	(4.459)	(18.547)	(65.292)	(61.557)	(6.288)	(3.891)	(968)	(4.469)	(43.815)	(209.286)
Baixas	-	3.649	50.329	19.107	1.974	243	2.321	435	3.068	81.126
Provisão para perda – TV	1.109	-	33.581	28.011	1.327	337	-	2.297	2.094	68.756
Transferências *	(7)	473	9.470	1.818	(10)	(665)	-	(355)	(10.724)	-
31/12/2019	(59.625)	(301.741)	(184.082)	(792.990)	(57.553)	(72.247)	(6.160)	(54.236)	(343.063)	(1.871.697)
Adições	(4.991)	(16.451)	(77.442)	(67.067)	(7.147)	(3.750)	(178)	(4.612)	(44.696)	(226.334)
Baixas	14	5.726	76.265	25.317	2.190	229	2.717	1.302	4.192	117.952
Provisão para perda	-	-	3.645	10.390	631	44	-	1.202	554	16.466
Reversão de Provisão	(1.109)	-	(33.581)	(28.011)	(1.327)	(337)	-	(2.297)	(2.095)	(68.757)
Transferências *	-	-	626	(199)	-	27	-	95	(437)	112
31/12/2020	(65.711)	(312.466)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.545)	(2.032.258)

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Informações complementares sobre o ativo imobilizado - g) Bens vinculados à concessão - Os contratos de concessão do STFC - "Serviço Telefônico Fixo Comutado" preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável. Os valores de 2019 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2020. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2020, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2021, conforme regulamentação.

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	43.196	(18.104)	25.092	42.138	(17.056)	25.082
Equipamentos de energia e climatização	66.305	(50.173)	16.132	67.346	(47.224)	20.122
Equipamentos de comutação	215.240	(182.000)	33.240	198.486	(182.755)	15.731
Equipamentos de processamento de dados	126.131	(99.153)	26.978	124.572	(88.249)	36.323
Equipamentos e meios de transmissão	849.145	(617.784)	231.361	832.233	(600.514)	231.719
Equipamentos de terminais	97.320	(57.004)	40.316	104.253	(57.680)	46.573
Infraestruturas	97.941	(65.935)	32.006	98.771	(63.030)	35.741
Licenças de concessão PPDUR	5.588	(4.006)	1.582	5.588	(3.704)	1.884
Móveis e utensílios	29.533	(25.917)	3.616	29.747	(25.274)	4.473
Outorgas regulatórias	2.820	(2.497)	323	2.820	(2.444)	376
Sistemas de informação	237.823	(203.253)	34.570	228.324	(189.307)	39.017
Terrenos	11.570	-	11.570	11.570	-	11.570
Veículos	4.923	(3.154)	1.769	8.031	(5.192)	2.839
	1.787.535	(1.328.980)	458.555	1.753.879	(1.282.429)	471.450

h) Bens dados em garantia - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos:

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de processamento de dados	412	(250)	162	333	(198)	135
Equipamentos e meios de transmissão	112	(67)	45	112	(57)	55
Terrenos	36		36	36	-	36
Veículos	80	(38)	42	163	(92)	71
	640	(355)	285	644	(347)	297

i) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado - No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R$ 3.301 (R$ 11.744 em 2019), o que corresponde a 33% (55% em 2019) do total de juros contabilizados e passíveis de capitalização. No consolidado o valor somou R$ 3.301 (R$ 12.166 em 2019), com percentual de 33% (31% em 2019). j) Ociosidade de ativos - A Companhia e suas controladas não possuíam ativos imobilizados relevantes que estivessem na condição de ociosos em 31 de dezembro de 2020. k) Imobilizado em andamento - Os principais projetos que compõem o grupo de "Obras em andamento" são:

Descrição	31/12/2020 Consolidado	31/12/2020 Individual	31/12/2019 Consolidado	31/12/2019 Individual
Investimento para atendimento de clientes	111.165	28.033	188.415	54.122
Investimentos de melhorias de rede	26.058	16.873	75.550	54.389
Investimento na rede Ultra Banda Larga	11.892	12.190	58.223	58.178
Investimentos de expansão de rede	2.735	2.127	6.100	3.795
Investimentos de Infra para TI	4.932	2.863	1.097	889
Aparelhos e materiais imobilizados	54.250	14.538	41.112	18.494
Outros	5.810	964	5.268	3.350
	216.842	77.588	375.765	193.217

12. Intangível

a) Intangível – valor líquido contábil – consolidado

Consolidado	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
						31/12/2020				
Custo	6	6.224	107.727	122.024	605.334	7.199	16.187	90.642	33.010	988.353
Amortização acumulada	(6)	(4.413)	(49.829)	(68.926)	(448.749)	(1.015)	(3.010)	(10.567)	-	(586.515)
Saldo líquido	-	1.811	57.898	53.098	156.585	6.184	13.177	80.075	33.010	401.838
						31/12/2019				
Custo	6	6.287	86.114	122.024	559.312	-	16.187	90.642	47.972	928.544
Amortização acumulada	(6)	(4.141)	(46.428)	(60.567)	(402.102)	-	(984)	(10.567)	-	(524.795)
Saldo líquido	-	2.146	39.686	61.457	157.210	-	15.203	80.075	47.972	403.749

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734027.

b) Movimentação do custo - consolidado

	Consolidado										
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2018	6	6.099	83.737	497	118.611	636.224	-	37.038	264.028	48.740	1.194.980
Adições		-	-	-	-	99	-	-	-	74.365	74.464
Baixas		-	-	-	-	(1.737)	-	-	(102.788)	-	(104.525)
Cisão - baixa de saldos consolidados da Algar TI	-		-	-	-	(134.323)	-	(37.038)	(91.747)	(10.622)	(273.730)
Provisão para perda – TV	-	-	-	(497)	(9)	(6.444)	-	-	-	-	(6.950)
Mais valia e Ágio (goodwill) na aquisição da Smart	-	-	-	-	-	-	-	16.187	21.149	-	37.336
Transferências *	-	188	2.377	-	3.422	65.493	-	-	-	(64.511)	6.969
31/12/2019	6	6.287	86.114	-	122.024	559.312	-	16.187	90.642	47.972	928.544
Adições	-	-	-	-	-	**439**	-	-	-	**79.465**	**79.904**
Baixas	-	-	-	-	-	**(17.232)**	-	-	-	-	**(17.232)**
Provisão para perda – TV	-	-	-	**(497)**	**(9)**	**(1.687)**	-	-	-	-	**(2.193)**
Reversão de provisão	-	-	-	**497**	**9**	**6.444**	-	-	-	-	**6.950**
Transferências *	-	**(63)**	**21.613**	-	-	**58.058**	**7.199**	-	-	**(94.427)**	**(7.620)**
31/12/2020	**6**	**6.224**	**107.727**	-	**122.024**	**605.334**	**7.199**	**16.187**	**90.642**	**33.010**	**988.353**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Movimentação da amortização - consolidado

	Consolidado									
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Total
31/12/2018	(6)	(3.787)	(43.067)	(423)	(52.165)	(430.668)	-	(18.451)	(96.740)	(645.307)
Adições	-	(354)	(3.366)	(33)	(8.411)	(66.290)	-	(4.343)	-	(82.797)
Baixas	-	-	-	-	-	1.733	-	-	86.173	87.906
Cisão - baixa de saldos consolidados da Algar TI	-	-	165	-	-	87.178	-	21.810	-	109.153
Provisão para perda - TV	-	-	(118)	456	9	5.921	-	-	-	6.268
Aquisição Smart - base jun/19	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	(18)
Transferências *	-	-	(42)	-	-	42	-	-	-	-
31/12/2019	(6)	(4.141)	(46.428)	-	(60.567)	(402.102)	-	(984)	(10.567)	(524.795)
Adições	-	**(335)**	**(3.401)**	**(31)**	**(8.359)**	**(58.690)**	**(1.015)**	**(2.025)**	-	**(73.856)**
Baixas	-	-	-	-	-	**16.532**	-	-	-	**16.532**
Provisão para perda - TV	-	-		**369**	**9**	**1.622**	-	-	-	**2.000**
Reversão de provisão	-	-	-	**(338)**	**(9)**	**(5.921)**	-	-	-	**(6.268)**
Transferências *	-	**63**	-	-	-	**(190)**	-	**(1)**	-	**(128)**
31/12/2020	**(6)**	**(4.413)**	**(49.829)**	-	**(68.926)**	**(448.749)**	**(1.015)**	**(3.010)**	**(10.567)**	**(586.515)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

d) Intangível – valor líquido contábil – individual

	Individual							
	31/12/2020							
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
Custo	**5.910**	**22.850**	**119.081**	**469.141**	**1.549**	**17.942**	**16.616**	**653.089**
Depreciação acumulada	**(4.226)**	**(2.268)**	**(66.461)**	**(357.889)**	**(153)**	**(1.733)**	-	**(432.730)**
Saldo líquido	**1.684**	**20.582**	**52.620**	**111.252**	**1.396**	**16.209**	**16.616**	**220.359**
	31/12/2019							
Custo	5.972	22.850	119.081	437.311	-	17.942	30.674	633.830
Depreciação acumulada	(3.972)	(1.262)	(58.133)	(320.989)	-	(1.733)	-	(386.089)
Saldo líquido	2.000	21.588	60.948	116.322	-	16.209	30.674	247.741

e) Movimentação do custo - individual

	Individual								
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2018	5.852	20.474	497	115.670	413.302	-	67.032	27.405	650.232
Adições	-	-	-	-	-	-	-	34.033	34.033
Baixas	-	-	-	-	(13)	-	(49.090)	-	(49.103)
Provisão para perda - TV	-	-	(497)	(9)	(6.444)	-	-	-	(6.950)
Transferências *	120	2.376	-	3.420	30.466	-	-	(30.764)	5.618
31/12/2019	5.972	22.850	-	119.081	437.311	-	17.942	30.674	633.830
Adições	-	-	-	-	439	-	-	34.135	34.574
Baixas	-	-	-	-	(9.434)	-	-	-	(9.434)
Provisão para perda - TV	-	-	(497)	(9)	(1.687)	-	-	-	(2.193)
Reversão de provisão	-	-	497	9	6.444	-	-	-	6.950
Transferências *	(62)	-	-	-	36.068	1.549	-	(48.193)	(10.638)
31/12/2020	5.910	22.850	-	119.081	469.141	1.549	17.942	16.616	653.089

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

f) Movimentação da amortização - individual

	Individual							
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Total
31/12/2018	(3.636)	(401)	(305)	(49.917)	(286.294)		(21.668)	(362.221)
Adições	(336)	(861)	(33)	(8.225)	(40.629)	-	-	(50.084)
Efeito de conversão	-	-	-	-	13	-	19.935	19.948
Transferências *	-	-	338	9	5.921	-	-	6.268
31/12/2019	(3.972)	(1.262)	-	(58.133)	(320.989)	-	(1.733)	(386.089)
Adições	(316)	(1.006)	(31)	(8.328)	(41.781)	(153)	-	(51.615)
Baixas	-	-	-	-	9.354	-	-	9.354
Provisão para perda TV	9	-	369	-	1.622	-	-	2.000
Reversão de provisão	(9)	-	(338)	-	(5.921)	-	-	(6.268)
Transferências *	62	-	-	-	(174)	-	-	(112)
31/12/2020	(4.226)	(2.268)	-	(66.461)	(357.889)	(153)	(1.733)	(432.730)

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa - A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro 2020, a recuperação do valor contábil de seus ativos, por meio da metodologia do fluxo de caixa descontado. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais futuros, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13. Ativo de direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)

	Consolidado 31/12/2020			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2020**
Movimentação do custo:				
Torres	118.676	190.513	(31.519)	**277.670**
Veículos	30.316	3.542	(4.718)	**29.140**
Imóveis	177.122	24.379	(14.824)	**186.677**
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	**64.012**
Fibras ópticas	58.282	16.322	-	**74.604**
Equipamentos	-	6.934	-	**6.934**
	414.786	276.073	(51.822)	**639.037**
Movimentação da depreciação:				
Torres	(22.257)	(30.487)	3.918	**(48.826)**
Veículos	(11.108)	(12.416)	3.457	**(20.067)**
Imóveis	(28.554)	(30.506)	2.362	**(56.698)**
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	**(3.900)**
Fibras ópticas	(6.546)	(6.985)	2	**(13.529)**
Equipamentos	-	(993)	-	**(993)**
	(70.459)	(84.054)	10.500	**(144.013)**
Saldo líquido	344.327	192.019	(41.322)	**495.024**

	Individual 31/12/2020			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2020**
Movimentação do custo:				
Torres	116.447	189.833	(31.463)	**274.817**
Veículos	18.892	2.564	(2.461)	**18.995**
Imóveis	136.287	15.246	(10.385)	**141.148**
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	**64.012**
	302.016	242.026	(45.070)	**498.972**
Movimentação da depreciação:				
Torres	(21.780)	(29.929)	3.918	**(47.791)**
Veículos	(6.781)	(7.702)	1.662	**(12.821)**
Imóveis	(20.179)	(20.852)	1.230	**(39.801)**
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	**(3.900)**
	(50.734)	(61.150)	7.571	**(104.313)**
Saldo líquido	251.282	180.876	(37.499)	**394.659**

Movimentação do custo:	Consolidado 31/12/2019				
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019)**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	118.676	-	-	-	118.676
Veículos	32.939	15.849	(2.128)	(16.344)	30.316
Imóveis	176.344	14.481	(4.855)	(8.848)	177.122
Usinas fotovoltaicas	30.390	-	-	-	30.390
Posição de atendimento	4.384	-	-	(4.384)	-
Fibras ópticas	62.038	-	(3.756)	-	58.282
Equipamentos	3.696	-	-	(3.696)	-
	428.467	30.330	(10.739)	(33.272)	414.786

Movimentação da depreciação	Consolidado 31/12/2019				
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019)**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	-	(22.257)	-	-	(22.257)
Veículos	-	(17.260)	758	5.394	(11.108)
Imóveis	-	(33.334)	1.365	3.415	(28.554)
Usinas fotovoltaicas	-	(1.994)	-	-	(1.994)
Posição de atendimento	-	(2.029)	-	2.029	-
Fibras ópticas	-	(6.546)	-	-	(6.546)
Equipamentos	-	(1.999)	-	1.999	-
	-	(85.419)	2.123	12.837	(70.459)
Valor líquido	428.467	(55.089)	(8.616)	(20.435)	344.327

Movimentação do custo:	Individual 31/12/2019			
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	116.447	-	-	116.447
Veículos	14.365	5.351	(824)	18.892
Imóveis	128.637	8.255	(605)	136.287
Usinas fotovoltaicas	30.390	-	-	30.390
	289.839	13.606	(1.429)	302.016

Movimentação da depreciação	Individual 31/12/2019			
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	-	(21.780)	-	(21.780)
Veículos	-	(7.132)	351	(6.781)
Imóveis	-	(20.301)	122	(20.179)
Usinas fotovoltaicas	-	(1.994)	-	(1.994)
	-	(51.207)	473	(50.734)
Saldo	289.839	(37.601)	(956)	251.282

14. Empréstimos e financiamentos - As informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, são descritas a seguir. Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, sobre a exposição a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez estão na nota explicativa nº 31.

	Consolidado e Individual 31/12/2020	31/12/2019
Financiamento em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil financeiro - IAS17	**6.238**	7.804
	6.238	7.804
Passivo circulante	**1.469**	1.566
Passivo não circulante	**4.769**	6.238

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual 31/12/2020	31/12/2019
Pré-fixada	**6.238**	7.804
Total	**6.238**	7.804

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

		31/12/2020	
Juros	**Instituição financeira**	**Consolidado**	**Individual**
De 0,00% a 4,0%	SBA (Leasing)	**6.238**	**6.238**
Total		**6.238**	**6.238**

		31/12/2020	
Juros	**Instituição financeira**	**Consolidado**	**Individual**
De 0,00% a 4,0%	SBA (Leasing)	7.804	7.804
Total		7.804	7.804

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade

	31/12/2020			31/12/2019	
	Consolidado	**Individual**		**Consolidado**	**Individual**
2022	**1.378**	**1.378**	2021	1.469	1.469
2023	**1.293**	**1.293**	2022	1.378	1.378
2024	**1.213**	**1.213**	2023	1.293	1.293
2025	**885**	**885**	2024	1.213	1.213
Após 2025	**-**	**-**	Após 2024	885	885
	4.769	**4.769**		6.238	6.238

15. Debêntures e notas promissórias - a) Debêntures - Em fevereiro de 2019, a Companhia realizou a sua 8ª emissão pública de debêntures não conversíveis, no valor de R$ 350.000, com a emissão de 35 mil debêntures, divididas em 2 séries. A primeira série com prazo de 5 anos e remuneração de CDI + 0,60% a.a., e a segunda série com prazo de 7 anos, e remuneração de CDI + 0,90% a.a. Os gastos incorridos com a emissão desta debênture foram de R$ 2.547. Os recursos captados foram utilizados para o financiamento de investimentos da Companhia. A 9ª emissão de debêntures pela Companhia ocorreu em outubro de 2019, cuja captação foi de R$ 350.000, com a emissão de 350 mil debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. O prazo de vencimento é de 5 anos, com remuneração de CDI + 0,70% a.a. Os recursos captados com a Emissão foram utilizados nos programas de investimentos (CAPEX) da Companhia. Em 10 de abril de 2020, a Companhia conclui a sua 10ª emissão de debêntures no valor de R$ 150.000. Foram emitidas 150 mil debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. As debêntures possuem prazo de vencimento de 1 ano e remuneração de CDI + 3,50% a.a. Os recursos captados com a Emissão têm como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, estão na nota explicativa nº 31. Conforme Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, foi assinado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, onde foi deliberado, entre outros assuntos, a alteração do limite do Índice Financeiro "Dívida Financeira Líquida/EBITDA", passando de "menor ou igual a 2,25" para "menor ou igual a 3,00". Também foi aprovada a exclusão do termo "arrendamento mercantil" da definição de "Dívida Financeira Líquida. Adicionalmente, a referida assembleia aprovou a liberação da garantia fidejussória adicional prestada pela Garantidora no âmbito da Emissão, com a consequente exclusão das referências relacionadas à garantia e à Garantidora. Em 23 de outubro de 2020 e em 3 de novembro de 2020 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas, referentes, respectivamente, à 7ª e à 6ª emissões de debêntures, nas quais foram deliberadas as anuências prévias para a dispensa, por 7 trimestres consecutivos, contados a partir do primeiro trimestre de 2021 até o dia 30 de setembro de 2022, do cumprimento do Índice Financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 2,25, sem que seja configurado evento de inadimplemento, desde que, durante esse período, o índice não ultrapasse a 3,00. Composição dos saldos de debêntures e notas promissórias:

	Consolidado e Individual 31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional:		
Principal	**2.159.924**	2.000.498
Juros	**57.494**	43.350
	2.217.418	2.043.848
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(18.888)**	(26.152)
Total debêntures	**2.198.530**	2.017.696
Notas promissórias (nota 14b)	**230.788**	221.945
Total debêntures e notas promissórias	**2.429.318**	2.239.641
Passivo circulante	**610.321**	35.737
Passivo não circulante	**1.818.997**	2.203.904

	31/12/2020		
	Consolidado e Individual		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	**387.494**	**1.829.924**	**2.217.418**
(-) Gastos com emissão, a apropriar	**(7.961)**	**(10.927)**	**(18.888)**
Valor líquido debêntures	**379.533**	**1.818.997**	**2.198.530**
Notas promissórias (nota 15b)	**230.788**	**-**	**230.788**
Total debêntures e notas promissórias	**610.321**	**1.818.997**	**2.429.318**

	31/12/2019		
	Consolidado e Individual		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	43.350	2.000.498	2.043.848
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(7.613)	(18.539)	(26.152)
Valor líquido debêntures	35.737	1.981.959	2.017.696
Notas promissórias (nota 15b)	-	221.945	221.945
Total debêntures e notas promissórias	35.737	2.203.904	2.239.641

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2020 Consolidado e Individual		31/12/2019 Consolidado e Individual
2021	**387.494**	2020	43.350
2022	**460.739**	2021	193.604
2023	**422.912**	2022	455.366
2024	**653.711**	2023	415.928
2025	**167.562**	2024	604.166
Após 2025	**125.000**	Após 2024	331.434
	2.217.418		2.043.848

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual 31/12/2020	31/12/2019
CDI	**1.540.867**	1.396.588
IPCA	**676.551**	647.260
Total	**2.217.418**	2.043.848

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures e notas promissórias da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia e estão apresentados no quadro abaixo.

	Consolidado 31/12/2020		31/12/2019	
Dívida líquida/EBITDA – realizado (*)	=	**1,79**	=	2,08
Meta trimestral	≤	**2,25**	<	2,25
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	=	**7,89**	=	5,48
Meta trimestral	≥	**2,00**	>	2,00

(*) A dívida líquida utilizada no cálculo do índice de 31/12/2020 não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures e da 1ª emissão de notas promissórias. b) Notas Promissórias Comerciais - Em maio de 2018 a Companhia realizou a sua 1ª emissão pública de notas promissórias comerciais, em série única da espécie quirografária, no valor de R$ 200.500. O prazo de vigência das notas promissórias é de 42 meses, contados da data de emissão, sendo o vencimento em 22 de novembro de 2021, com remuneração à taxa de CDI + 0,80% ao ano. Os recursos captados por meio dessa emissão foram destinados para atendimento às necessidades de caixa da Companhia. Conforme aprovado na assembleia geral dos titulares de Notas Promissórias da 1ª emissão de notas promissórias comercias da Companhia, realizada em 5 de novembro de 2020, o índice financeiro referente à "Dívida Líquida / EBITDA" foi alterado de menor ou iguala 2,25 para menor ou igual a 3,00.

	Consolidado e Individual 31/12/2020	31/12/2019
Principal	**200.500**	200.500
Juros	**30.978**	22.963
	231.478	223.463
(-) Juros pagos, a apropriar	**(149)**	(328)
(-) Gastos com emissão de notas promissórias, a apropriar	**(541)**	(1.190)
	230.788	221.945

c) Cláusulas contratuais (covenants) - A Companhia possui emissões de debêntures e notas promissórias, as quais contêm cláusulas restritivas ("covenants") que abrangem um montante de endividamento de R$ 2.448.896 (R$ 2.267.311 em 31/12/2019), vencíveis até 2026. Essas cláusulas preveem índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos de endividamento, que devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734028.

O não atingimento dos índices acordados, por 2 períodos (trimestre ou semestre, conforme o contrato) consecutivos, ou por 4 períodos não consecutivos, implica o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias abrangidos por essa previsão contratual. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

16. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16)

	Consolidado						
	31/12/2020						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Trasnferências**	**Saldo 31/12/2020**
Passivo curto prazo:							
Torres	25.609	26.800	(38.768)	(4.022)	11.953	23.912	**45.484**
Veículos	12.280	2.311	(13.514)	(1.082)	1.037	7.929	**8.961**
Imóveis	35.074	7.408	(37.765)	(3.541)	10.572	25.063	**36.811**
Usinas fotovoltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	**6.889**
Fibras ópticas	9.246	2.490	(10.804)	-	5.432	3.870	**10.234**
Equipamentos	-	2.265	(1.081)	-	157	924	**2.265**
	85.812	44.897	(107.033)	(8.645)	32.866	62.747	**110.644**
Passivo longo prazo:							
Torres	74.273	163.713	-	(23.183)	-	(23.912)	**190.891**
Veículos	7.519	1.232	-	(235)	-	(7.929)	**587**
Imóveis	118.446	16.970	-	(8.939)	-	(25.063)	**101.414**
Usinas fotovoltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.048)	**55.511**
Fibras ópticas	44.523	13.832	-	-	-	(3.871)	**54.484**
Equipamentos	-	4.669	-	-	-	(924)	**3.745**
	270.560	231.176	-	(32.357)	-	(62.747)	**406.632**
Total curto e longo prazos	356.372	276.073	(107.033)	(41.002)	32.866	-	**517.276**

	Individual						
	31/12/2020						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Trasnferências**	**Saldo 31/12/2020**
Passivo curto prazo:							
Torres	25.067	26.642	(38.108)	(4.067)	11.875	23.394	**44.803**
Veículos	7.583	1.509	(8.386)	(679)	670	5.243	**5.940**
Imóveis	25.006	3.906	(26.493)	(1.772)	8.361	17.039	**26.047**
Usinas foto-voltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	**6.889**
	61.259	35.680	(78.088)	(6.518)	24.621	46.725	**83.679**
Passivo Longo Prazo:							
Torres	73.002	163.191	-	(23.145)	-	(23.394)	**189.654**
Veículos	4.898	1.055	-	(154)	-	(5.243)	**556**
Imóveis	95.040	11.340	-	(7.373)	-	(17.039)	**81.968**
Usinas foto-voltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.049)	**55.510**
	198.739	206.346	-	(30.672)	-	(46.725)	**327.688**
Total curto e longo prazos	259.998	242.026	(78.088)	(37.190)	24.621	-	**411.367**

	Indivudal						
	31/12/2019						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Paga mentos**	**Baixas**	**Juros**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019**	**Trasnfe rências**	**Saldo 31/12/2019**
Passivo - curto prazo:								
Torres	26.249	-	(27.320)	-	8.526	-	18.154	25.609
Veículos	14.499	5.954	(18.855)	(1.369)	2.501	(7.040)	16.590	12.280
Imóveis	38.151	3.224	(39.918)	(3.859)	12.517	(2.958)	27.917	35.074
Usinas foto-voltaicas	3.711	-	(3.903)	-	2.915	-	880	3.603
Posição de atendimento	2.276	-	(2.194)	-	247	(2.276)	1.947	-
Fibras ópticas	9.639	-	(9.977)	(3.756)	5.464	-	7.876	9.246
Equipamentos	2.218	117	(2.371)	-	200	(1.644)	1.480	-
	96.743	9.295	(104.538)	(8.984)	32.370	(13.918)	74.844	85.812
Passivo - longo prazo:								
Torres	92.427	-	-	-	-	-	(18.154)	74.273
Veículos	18.440	9.895	-	-	-	(4.226)	(16.590)	7.519
Imóveis	138.194	10.883	-	-	-	(2.714)	(27.917)	118.446
Usinas foto-voltaicas	26.679	-	-	-	-	-	(880)	25.799
Posição de atendimento	2.108	-	-	-	-	(161)	(1.947)	-
Fibras ópticas	52.399	-	-	-	-	-	(7.876)	44.523
Equipamentos	1.478	115	-	-	-	(113)	(1.480)	-
	331.725	20.893	-	-	-	(7.214)	(74.844)	270.560
Total curto e longo prazos	428.468	30.188	(104.538)	(8.984)	32.370	(21.132)	-	356.372

	Individual						
	31/12/2019						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Trasnferências**	**Saldo 31/12/2019**
Passivo curto prazo:							
Torres	25.707	-	(26.756)	-	8.378	17.738	25.067
Veículos	6.009	2.025	(7.781)	(473)	1.018	6.785	7.583
Imóveis	24.086	1.509	(25.787)	(484)	9.425	16.257	25.006
Usinas foto-voltaicas	3.711	-	(3.903)	-	2.915	880	3.603
	59.513	3.534	(64.227)	(957)	21.736	41.660	61.259
Passivo - longo prazo:							
Torres	90.740	-	-	-	-	(17.738)	73.002
Veículos	8.356	3.327	-	-	-	(6.785)	4.898
Imóveis	104.551	6.746	-	-	-	(16.257)	95.040
Usinas fotovoltaicas	26.679	-	-	-	-	(880)	25.799
	230.326	10.073	-	-	-	(41.660)	198.739
Total curto e longo prazos	289.839	13.607	(64.227)	(957)	21.736	-	259.998

	Consolidado - 31/12/2020					
	Em 1 ano	**de 2 a 5 anos**	**de 6 a 10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**	**PIS/COFINS potencial 9,25%**
Valores mínimos a pagar	115.937	341.684	193.252	65.821	716.694	66.294
Despesas de juros	(36.436)	(98.687)	(50.762)	(13.532)	(199.417)	0
	79.501	**242.997**	**142.490**	**52.289**	**517.277**	**66.294**
	Individual - 31/12/2020					
Valores mínimos a pagar	87.738	279.898	150.584	39.607	557.827	51.599
Despesas de juros	(28.306)	(74.941)	(33.465)	(9.748)	(146.460)	-
	59.432	**204.957**	**117.119**	**29.859**	**411.367**	**51.599**
	Consolidado - 31/12/2019					
Valores mínimos a pagar	89.620	244.732	106.286	53.369	494.007	45.696
Despesas de juros	(26.380)	(67.219)	(31.001)	(13.035)	(137.635)	-
	63.240	**177.513**	**75.285**	**40.334**	**356.372**	**45.696**
	Individual - 31/12/2019					
Valores mínimos a pagar	63.893	187.842	69.820	28.185	349.740	32.351
Despesas de juros	(18.876)	(46.368)	(15.995)	(8.503)	(89.742)	-
	45.017	**141.474**	**53.825**	**19.682**	**259.998**	**32.351**

Contratos por prazo e taxa de descontos

	Taxa anual	
Prazos dos contratos	**Sem garantia**	**Com garantia (*)**
1 ano	4,93%	4,43%
2 anos	5,38%	4,88%
3 anos	5,87%	5,37%
4 anos	6,26%	5,76%
5 anos	6,64%	6,14%
6 anos	7,00%	6,50%
7 anos	7,25%	6,75%
8 anos	7,48%	6,98%
9 anos	7,66%	7,16%
10 anos	7,84%	7,34%
11 anos	7,95%	7,45%
12 anos	8,07%	7,57%
13 anos	8,20%	7,70%
14 anos	8,29%	7,79%
15 anos	8,38%	7,88%

(*) Somente para o grupo de imóveis.

17. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS	**1.451**	1.612	**788**	987
IRRF	**6.080**	5.241	**3.170**	2.730
COFINS	**6.944**	7.893	**3.739**	4.953
ICMS	**67.246**	64.502	**30.064**	32.470
ISS	**571**	1.616	**223**	1.065
INSS	**204**	1.270	**80**	440
Outros Tributos Circulantes	**2.528**	3.254	**1.708**	2.180
	85.024	85.388	**39.772**	44.825

18. Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e ordenados	**14.505**	17.448	**7.753**	9.914
Encargos sociais sobre salários e ordenados	**8.899**	8.507	**4.836**	4.654
Férias e encargos	**49.427**	43.080	**27.257**	24.705
Gratificações	**58.409**	24.193	**32.009**	14.346
Outras obrigações trabalhistas	**626**	552	**270**	301
	131.866	93.780	**72.125**	53.920
Passivo circulante	**125.536**	86.539	**68.412**	49.541
Passivo não circulante (gratificações)	**6.330**	7.241	**3.713**	4.379

19. Provisões e depósitos judiciais - A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos para demandas judiciais e administrativas, considerando critérios jurídicos, e contábeis. Esses riscos são classificados com base na expectativa de perda, podendo ser provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade existente em cada caso, segundo análises e avaliações dos assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela, são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				
		Processos			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Adm. Anatel**	**Cíveis e outros**	**Total**
Provisões em 31/12/2018	39.489	94.099	57.807	9.032	200.427
Adições	18.929	6.270	518	9.950	35.667
Atualização monetária	6.844	3.701	3.018	2.151	15.714
Baixas	(18.944)	(14.664)	(1.999)	(3.182)	(38.789)
Pagamentos	(3.300)	(1.372)	(199)	(8.278)	(13.149)
Aquisição Smart	-	31.611	-	968	32.579
Baixa por cisão Algar Telecom	(30.745)	(1.350)	-	(1.359)	(33.454)
Provisões em 31/12/2019	12.273	118.295	59.145	9.282	198.995
Depósitos judiciais	(3.278)	(43.580)	(2.861)	(130)	(49.849)
Direito indenizatório de provisões	(120)	(6.340)	-	-	(6.460)
Provisões líquidas em 31/12/2019	8.875	68.375	56.284	9.152	142.686
Provisões em 31/12/2019	12.273	118.295	59.145	9.282	198.995
Adições (ii)	**13.945**	**23.973**	**7.472**	**19.875**	**65.265**
Atualização monetária	**1.392**	**14.172**	**1.491**	**25.499**	**42.554**
Baixas (iii)	**(8.360)**	**(9.597)**	**(19.618)**	**(5.596)**	**(43.171)**
Pagamentos	**(98)**	**(2.791)**	**(424)**	**(2.873)**	**(6.186)**
Provisões em 31/12/2020	**19.152**	**144.052**	**48.066**	**46.187**	**257.457**
Depósitos judiciais	**(1.745)**	**(42.232)**	**(3.185)**	**(1.749)**	**(48.911)**
Provisões líquidas em 31/12/2020	**17.407**	**101.820**	**44.881**	**44.438**	**208.546**
Direito indenizatório de provisões (i)	**(147)**	**(1.930)**	**-**	**-**	**(2.077)**
Provisões líquidas em 31/12/2020, ajustada (iv)	**17.260**	**99.890**	**44.881**	**44.438**	**206.469**

(i) Refere-se a riscos tributários e trabalhistas de responsabilidade dos sócios vendedores da Optitel Participações e Franquias S.A. e Optitel Redes e Telecomunicações Ltda., sociedades incorporadas pela Algar Soluções. Os sócios vendedores são responsáveis pelos tributos, contribuições fiscais e previdenciárias, inclusive os acréscimos legais, relativamente a fatos geradores ocorridos anteriormente à transferência do controle dessas sociedades para a adquirente CTBC Serviços de Call Center, atual Algar Soluções.

(ii) Adições de provisões no período, decorrente de novos processos e por alteração de grau de risco de certas demandas, de possível para provável.

(iii) Baixas por prescrição de processos e por revisão de grau de risco de certas demandas judiciais, envolvendo reversão.

(iv) O saldo inclui provisões tributárias, reconhecidas pela Smart Telecomunicações, para as quais possui direito indenizatório reconhecido no ativo não circulante, consolidado, no montante de R$25.530. Os sócios vendedores da Smart são responsáveis por esses riscos tributários, cujos fatos geradores ocorreram antes da transferência do controle para a Companhia, conforme previsto em clausula do contrato de compra e venda.

	Individual				
		Processos			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Adm. Anatel**	**Cíveis e outros**	**Total**
Provisões em 31/12/2018	7.661	56.834	57.437	7.142	129.074
Adições	1.351	1.802	518	8.365	12.036
Atualização monetária	753	1.789	3.017	720	6.279
Baixas	(2.393)	(613)	(1.654)	(2.535)	(7.195)
Pagamentos	(110)	(167)	(173)	(7.013)	(7.463)
Provisões em 31/12/2019	7.262	59.645	59.145	6.679	132.731
Depósitos judiciais	(1.987)	(38.401)	(2.861)	(130)	(43.379)
Provisões líquidas em 31/12/2019	5.275	21.244	56.284	6.549	89.352
Provisões em 31/12/2019	7.262	59.645	59.145	6.679	132.731
Adições	**7.348**	**21.614**	**7.435**	**14.679**	**51.076**
Atualização monetária	**795**	**11.963**	**1.491**	**25.207**	**39.456**
Baixas	**(4.534)**	**(39)**	**(19.619)**	**(4.277)**	**(28.469)**
Pagamentos	**(43)**	**(2.259)**	**(424)**	**(1.690)**	**(4.416)**
Provisões em 31/12/2020	**10.828**	**90.924**	**48.028**	**40.598**	**190.378**
Depósitos judiciais	**(1.139)**	**(36.970)**	**(3.185)**	**(1.633)**	**(42.927)**
Provisões líquidas em 31/12/2020	**9.689**	**53.954**	**44.843**	**38.965**	**147.451**

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos: Cíveis (valor da provisão, consolidado: R$46.188) - (i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R$ 7.125). (ii) Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais, e com ex-clientes (valor envolvido R$ 2.713). (iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores. (valor envolvido R$ 4.629). (iv) Demandas judiciais pela Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias, por ser considerado bem de uso comum (valor envolvido: R$28.718). Processos administrativos e judiciais regulatórios (valor da provisão, consolidado: R$48.066) - (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL. A Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta perante a Anatel, para que a Agência deixe de exigir multas aplicadas ou estimadas em processos, e em contrapartida ao compromisso a Algar irá realizar a correção de condutas, bem como outros compromissos adicionais que impliquem em benefícios a usuários dos serviços (nota explicativa nº 36a). Trabalhistas (valor da provisão, consolidado: R$19.153) - (i) Reclamatórias trabalhistas, envolvendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e Smart, que discutem vínculos de emprego, responsabilidade subsidiárias, horas extras, diferenças salariais e indenizações por acidentes de trabalho. Tributários (valor da provisão consolidado: R$144.052) - (i) Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST"): a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções mantêm, desde 2006, discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que, ilegalmente, vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano 2000.. (valor da provisão: R$22.461 e depósito judicial vinculado: R$30.867). (ii) ICMS: a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções possuem discussões sobre direito a créditos de ICMS; exigência de ICMS sobre operações de leasing; exigência relativa a ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações. (valor da provisão: R$17.236). (iii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia, questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, vez que se trata de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional, não havendo referibilidade com a prestação de serviço de comunicação para justificar a intervenção no referido setor econômico (valor da provisão: R$11.275 e depósito judicial vinculado: R$16.156). (iv) Mandado de segurança impetrado pela Algar Telecom e suas controladas, que discute o não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre os juros de mora cobrados de seus clientes, tendo em vista que a natureza jurídica dos juros tem caráter indenizatório. (Valor da provisão: R$16.395). (v) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (EBC): a Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da referida contribuição por ofensa ao princípio da anterioridade/irretroatividade, bem como por ausência de referibilidade entre a atividade econômica explorada pelas companhias e a finalidade da contribuição (valor provisionado: R$12.190 e depósito judicial vinculado: R$12.200). (vi) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL: referem-se a tributos sobre a baixa de valores devidos a terceiros. A Companhia e a sua controlada Algar Multimídia efetuaram a baixa, em novembro de 2017, em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável (valor da provisão: R$17.029).

b) Depósitos Judiciais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais sem provisões:				
Tributário	**22.248**	25.501	**22.071**	25.269
Trabalhista	**1.002**	1.112	**737**	955
Cível	**748**	696	**677**	581
Pados – ANATEL	**-**	278	**-**	278
	23.998	27.587	**23.485**	27.083
Depósitos judiciais com provisões:				
Tributário	**42.232**	43.580	**36.970**	38.401
Trabalhista	**1.745**	3.278	**1.139**	1.987
Cível	**1.749**	130	**1.633**	130
Pados – ANATEL	**3.185**	2.861	**3.185**	2.861
	48.911	49.849	**42.927**	43.379
Total	**72.909**	77.436	**66.412**	70.462

c) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	**243.900**	151.160	**173.805**	132.216
Trabalhistas	**51.676**	44.726	**40.092**	37.945
Processos Regulatórios – ANATEL	**231.532**	238.736	**230.684**	238.228
Cíveis	**333.104**	67.478	**189.679**	66.423
Total	**860.212**	502.100	**634.260**	474.812

Os principais processos da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil: Tributários - (valor envolvido R$243.900) - (i) Taxa de Fiscalização de Instalação/Funcionamento ("TFI/TFF"): cobrança, em face da Algar Telecom, quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. Bem como discussões de TFI/TFF das movimentações mensais (valor envolvido: R$36.364). (ii) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL") e FUST: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, impugnaram lançamentos referentes a diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUST e FUNTTEL, em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão, EILD, e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (valor envolvido: R$103.573). (iii) ICMS: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, possuem discussão relativa à escrituração de créditos de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal de entrada, discussão relativa à exigência de ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações, discussão judicial quanto a incidência de ICMS sobre receitas de locações de fibras apagadas, e sobre importação de equipamentos (valor envolvido: R$90.020). Trabalhistas - (valor envolvido R$51.676) - (i) A Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções possuem ações trabalhistas envolvendo discussões relacionadas a dano moral e material, jornada de trabalho, vale-transporte, benefícios e honorários advocatícios. Processos administrativos e judiciais regulatórios - (valor envolvido R$231.532) - (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL (valor envolvido R$190.870. (ii Demandas administrativas e judiciais em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP (valor envolvido R$40.662). Cíveis - (valor envolvido R$333.104) - (i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R$ 33.534). (ii) Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais e discussões judiciais com ex-clientes corporativos (valor envolvido R$ 40.513). (iii) Processos judiciais contra concessionárias de energia elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura. (valor envolvido 15.921). (iv) Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patenteado (não estimado). (v) Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público (não estimado). (vi) Demandas judiciais pela Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias, por ser considerado bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada às concessionárias (valor envolvido: R$234.747).

20. Fornecedores

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores faturados	**181.191**	199.090	**98.214**	124.768
Fornecedores a faturar	**44.959**	27.130	**27.913**	15.681
Obrigações com trafego de interconexão e cobrança conjunta	**15.964**	18.333	**15.964**	18.333
	242.114	244.553	**142.091**	158.782

21. Receitas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita com arrendamento mercantil	**19.913**	24.105	**19.913**	24.105
Receita com créditos de celular pré-pago	**5.075**	5.198	**5.076**	5.198
Receita de serviços de telecomunicações	**2.230**	3.363	**-**	-
	27.218	32.666	**24.989**	29.303
Passivo circulante	**9.455**	10.535	**9.268**	9.390
Passivo não circulante	**17.763**	22.131	**15.721**	19.913

22. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social autorizado da Companhia poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o capital social subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício social. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$1.721.420. Até o limite do capital social autorizado, o capital social subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. A critério do Conselho de Administração, poderá, dentro do limite do capital social autorizado, ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, ou ainda, nos termos de lei especial de incentivos fiscais.As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor do capital social da Companhia e o valor patrimonial da ação (VPA) eram como segue:

	Individual	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor do capital social	**826.831**	826.831
Quantidade de Ações (ON)	**295.019.806**	295.019.806
Valor do patrimônio líquido da Companhia	**1.455.808**	1.323.227
Valor patrimonial da ação (VPA) em R$	**4,9346**	4,4852

b) Dividendos - No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs dividendos a pagar, mínimo obrigatório, no montante de R$ 67.290, correspondendo a 35% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020, saldo de dividendos a pagar, no passivo circulante, no montante de R$ 70.310, sendo R$ 67.290 referente ao exercício de 2020 e R$ 3.020 referente a exercícios anteriores. Os dividendos propostos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados abaixo.

	Individual	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716
Reserva legal - 5%	**(10.119)**	(15.136)
Resultado base para distribuição de dividendos	**192.257**	287.580
Dividendos mínimos obrigatórios (35%)	**67.290**	100.653
Dividendo por Ação ON (em R$)	**0,2281**	0,3411
Dividendos por classes de ações:		
Quantidade de ações:		
ON	**295.019.806**	295.019.806
Total de ações	**295.019.806**	295.019.806
Total de dividendos por classes de ações:		
Total dividendos - ações ON	**67.290**	100.653
Total dos dividendos propostos	**67.290**	100.653

c) Reserva de retenção de lucros - Após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício, o saldo remanescente de lucros acumulados foi incorporado à reserva de retenção de lucro, ficando à disposição da Companhia para o cumprimento do orçamento de 2021 e do Plano de Longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, conforme ata da reunião realizada em 7 de dezembro de 2020.

23. Benefícios a empregados - Benefícios de curto prazo - Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia e suas controladas concedem plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados. As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com "salários, provisões e encargos sociais". Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 18. Os valores não liquidados, correspondentes aos custos e despesas incorridos no período, relativos aos benefícios a empregados atribuíveis aos administradores e conselheiros estão apresentados na Nota Explicativa nº 18. Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um plano de aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela Brasil-Prev. Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos: (a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente; (b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. O valor das contribuições realizadas são como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição	**364**	869	**216**	327

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320210303211734029.

24. Partes relacionadas - A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A."). Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas nos resultados desses períodos.

	Consolidado – Saldos - ativo circulante			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Contas a receber (a)	Total	Contas a receber (a)	Total
Controladora:				
Algar S.A.	59	59	41	41
Total	59	59	41	41
Outras partes relacionadas:				
Algar TI	5	5	-	-
Algar Tecnologia	498	498	348	348
Engeset	60	60	53	53
CTRQ – (AVIVA)	137	137	144	144
Space Empreendimentos	-	-	1	1
Outros	7	7	12	12
Total	707	707	558	558
Total partes relacionadas	766	766	599	599

	Consolidado – Saldos - passivo circulante							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (e)	Dividendos a pagar (f)	Total	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (e)	Dividendos a pagar (f)	Total
Controladora:								
Algar S.A.	999	3.926	45.580	50.505	21	4.806	68.179	73.006
Total	999	3.926	45.580	50.505	21	4.806	68.179	73.006
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	1.852	-	-	1.852	3.572	-	-	3.572
Algar TI	744	-	-	744	1.419	-	-	1.419
Engeset	47	-	-	47	-	-	-	-
Space Empreendimentos	423	-	-	423	110	-	-	110
Archy LLC (acionista)	-	-	17.026	17.026	-	-	25.467	25.467
Outros	172	-	7.704	172	469	-	11.741	12.210
Total	3.238	-	27.730	20.264	5.570	-	37.208	42.778
Total partes relacionadas	4.237	3.926	70.310	70.769	5.591	4.806	105.387	115.784

Resultado - Consolidado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)
Controladora:								
Algar S.A.	431	(432)	(2)	(1)	82	-	(5)	-
Total	431	(432)	(2)	(1)	82	-	(5)	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	3.487	(5.834)	(29.430)	-	242	(608)	(2.395)	-
Algar TI Consultoria	120	(2.294)	(2.265)	(127)	3	(309)	(424)	(1)
Engeset	170	(390)	-	-	30	-	-	-
ABC Inco	55	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	54	(19.191)	(6.265)	(1.887)	57	(16.713)	(8.184)	(1.777)
Unialgar	-	-	-	-	-	-	-	-
CTRQ – (AVIVA)	1.041	-	-	-	1.415	-	-	(115)
Arvore	4	(2.554)	(1.251)	(572)	3	(1.895)	(1.140)	(511)
Outros	176	-	-	-	137	(2)	(19)	-
Total	5.107	(30.263)	(39.211)	(2.586)	1.887	(19.527)	(12.162)	(2.404)
Total partes relacionadas	5.538	(30.695)	(39.213)	(2.587)	1.969	(19.527)	(12.167)	(2.404)

	Individual – Saldos - ativo circulante							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Contas a receber (a)	Títulos a receber (b)	Dividendos a receber (c)	Total	Contas a receber (a)	Títulos a receber (b)	Dividendos a receber (c)	Total
Controladora:								
Algar S.A.	41	-	-	41	41	-	-	41
Total	41	-	-	41	41	-	-	41
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	1.601	2.740	27.650	31.991	-	2.443	40.291	42.734
Algar Soluções	-	23	19.784	19.807	-	15	327	342
Smart	316	6	-	322	-	-	-	-
Total	1.917	2.769	47.434	52.120	-	2.458	40.618	43.076
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	267	-	-	267	231	-	-	231
Algar TI	1	-	-	1	-	-	-	-
Engeset	51	-	-	51	29	-	-	29
CTRQ – (AVIVA)	119	-	-	119	118	-	-	118
Outros	-	-	-	-	4	-	-	4
Total	438	-	-	438	382	-	-	382
Total partes relacionadas	2.396	2.769	47.434	52.599	423	2.458	40.618	43.499

	Individual – Saldos - passivo circulante							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (e)	Dividendos a pagar (f)	Total	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (e)	Dividendos a pagar (f)	Total
Controladora:								
Algar S.A.	999	3.616	45.580	50.195	-	4.551	68.179	72.730
Total	999	3.616	45.580	50.195	-	4.551	68.179	72.730
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	696	-	-	696	300	-	-	300
Total	696	-	-	696	300	-	-	300
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	1.714	-	-	1714	3.554	-	-	3.554
Algar TI	274	-	-	274	815	-	-	815
Engeset	8	-	-	8	165	-	-	165
Space Empreendimentos	152	-	-	152	110	-	-	110
Archy LLC (acionista)	-	-	17.026	17.026	-	-	25.467	25.467
Arvore	172	-	-	172	172	-	-	172
Outros	-	-	7.704	-	11	-	11.741	11.752
Total	2.320	-	27.730	19.346	4.827	-	37.208	42.035
Total partes relacionadas	4.015	3.616	70.310	70.237	5.127	4.551	105.387	115.065

Resultado - Individual

	31/12/2020				31/12/2019			
	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)
Controladora:								
Algar S.A.	78	(432)	(2)	(1)	82	-	(5)	-
Total	78	(432)	(2)	(1)	82	-	(5)	-
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	642	(2.825)	(1)	-	770	(2.292)	(547)	-
Algar Soluções	-	(2.116)	-	-	-	-	-	-
Smart	126	-	-	-	-	-	-	-
Total	768	(4.941)	(1)	-	770	(2.292)	(547)	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	2.064	(5.804)	(27.967)	-	1.328	(5.406)	(29.991)	(1)
Algar TI	22	(167)	(2.265)	(127)	39	(233)	(2.818)	(10)
Engeset	85	(190)	-	-	97	-	(82)	-
Space Empreendimentos	49	(13.366)	(4.556)	(1.595)	49	(11.462)	(4.866)	(1.491)
Arvore	4	(2.554)	(1.251)	(572)	3	(1.895)	(1.161)	(381)
CTRQ – (AVIVA)	827	-	-	-	1.102	-	-	(62)
Outras	174	-	-	-	134	(2)	(18)	-
Total	3.225	(22.081)	(36.039)	(2.294)	2.752	(18.998)	(38.936)	(1.945)
Total partes relacionadas	4.071	(27.454)	(36.042)	(2.295)	3.604	(21.290)	(39.488)	(1.945)

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue: a) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais das empresas. b) Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de utilização partilhada de soluções de infraestruturas. c) Saldos de dividendos a receber de controladas. d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar. e) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais. f) Dividendos a pagar. g Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas. h) Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; serviço de telemarketing, administração de call center, locação de pontos de atendimento, cobrança e back office. Avais e fianças - Conforme Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, foi assinado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, onde foi deliberada, entre outros assuntos, a liberação da garantia fidejussória adicional prestada pela Garantidora Algar S.A. Empreendimentos e Participações, no âmbito da 5ª Emissão, com a consequente exclusão das referências relacionadas à garantia e à Garantidora. Remuneração dos administradores - As remunerações dos administradores, os quais são representados pelos membros do conselho de administração e pelos diretores estatutários, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, são computadas como custos e despesas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes. Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e outros benefícios de curto prazo:				
Conselho de administração:				
Remuneração fixa	4.480	4.200	4.480	4.200
Diretoria executiva:				
Remuneração fixa	6.718	8.765	2.189	1.633
Remuneração variável	5.306	5.274	1.527	578
Previdência privada	299	392	82	64
	16.803	18.631	8.278	6.475

25. Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Telecom	3.035.577	2.807.119	1.867.112	1.790.821
B2B	1.842.802	1.668.563	717.379	663.540
B2C	1.192.775	1.145.767	1.149.733	1.127.281
Eliminações	-	(7.211)	-	-
Tech - BPO/Gestão de TI	-	841.359	-	-
Tech - BPO/Gestão de TI	-	879.894	-	-
Eliminações	-	(38.535)	-	-
Receita operacional bruta	3.035.577	3.648.478	1.867.112	1.790.821
Impostos e deduções	(684.806)	(777.361)	(410.807)	(440.794)
Receita operacional líquida	2.350.771	2.871.117	1.456.305	1.350.027

As informações consolidadas de 31 de dezembro de 2019 incluem as informações consolidadas da Algar TI, relativas ao período de 11 meses findos em 30 de novembro de 2019. A Algar TI deixou de ser uma controlada da Companhia, conforme cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019 (nota explicativa nº 1b) não sendo, portanto, consolidada a partir daquela data, o que pode ter acarretado variações em certas rubricas contábeis nos períodos apresentados.

26. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas - As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(211.798)	(634.513)	(119.418)	(109.445)
Materiais	(15.519)	(28.722)	(10.512)	(8.932)
Serviços de terceiros	(225.896)	(333.956)	(141.569)	(169.017)
Interconexão e meios de conexão	(112.860)	(123.230)	(86.770)	(90.105)
Aluguéis e seguros	(105.718)	(102.129)	(68.825)	(62.886)
Depreciação e amortização	(378.288)	(362.351)	(243.511)	(223.596)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(71.202)	(73.365)	(52.039)	(42.482)
Custos das mercadorias vendidas	(107.936)	(42.032)	(82.542)	(37.107)
Outros	(37.827)	(30.201)	(35.400)	(23.372)
	(1.267.044)	(1.730.499)	(840.586)	(766.942)

27. Despesas com vendas - As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(162.859)	(180.616)	(71.407)	(69.882)
Materiais	(696)	(1.178)	(168)	(466)
Serviços de terceiros	(149.619)	(103.643)	(117.154)	(89.377)
Propaganda e marketing	(24.417)	(38.207)	(19.874)	(21.447)
Provisão para perda esperada de contas a receber	(40.042)	(21.389)	(32.260)	(17.608)
Aluguéis e seguros	(10.904)	(8.285)	(778)	(1.743)
Depreciação e amortização	(30.188)	(26.278)	(21.707)	(20.291)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(8.904)	(9.026)	(6.684)	(6.483)
Outros	(10.798)	(13.644)	(10.060)	(10.758)
	(438.427)	(402.266)	(280.092)	(238.055)

28. Despesas gerais e administrativas - As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(82.393)	(108.443)	(55.882)	(55.872)
Materiais	(444)	(967)	(382)	(544)
Serviços de terceiros	(57.097)	(82.313)	(52.160)	(57.529)
Aluguéis e seguros	1.476	(992)	344	(1.022)
Depreciação e amortização	(19.200)	(24.976)	(12.730)	(15.489)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(3.948)	(3.028)	(2.427)	(2.242)
Outros	(8.567)	(13.927)	(4.996)	(5.335)
	(170.173)	(234.646)	(128.233)	(138.033)

29. Outras receitas (despesas operacionais) - As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com concessão de serviços de telecomunicações	(3.834)	(3.243)	(3.834)	(3.243)
Constituição de provisões	(57.999)	(33.815)	(43.810)	(11.352)
Reversão de provisões	22.989	19.367	20.546	4.764
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	24.140	23.575	14.810	15.977
Provisão para perdas de ativos - TV	-	(62.390)	-	(62.390)
Ganho/perda com Imobilizado e Intangíveis	(3.228)	(10.285)	2.715	(8.538)
Amortização de mais-valia	(2.025)	(4.343)	(2.025)	(984)
Indenizações de perdas com sinistro	853	498	495	198
Recuperação de tributos	(279)	9.537	(254)	5.242
Multas contratuais	(2.029)	(8.067)	-	(905)
Crédito tributário de PIS e COFINS (nota 7ii)	25.855	138.302	-	138.302
Baixa de débitos com terceiros, prescritos	28.434	-	28.434	-
Comissão por transferência de cliente de TV	8.374	-	8.374	-
Baixa de recebíveis	(1.092)	(13.081)	1.510	(14.290)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	581	(1.577)	5.874	115
	40.740	54.478	32.835	62.896

30. Resultado financeiro, líquido - As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicação financeira	14.324	18.479	12.303	10.616
Juros sobre contas recebidas em atraso	5.609	5.793	3.865	3.943
Juros impostos, taxas e contribuições	190	7.043	125	1.631
Variações monetárias e cambiais	3.871	3.679	231	371
Reversões de provisões	4.971	3.687	3.500	650
Atualização monetária de crédito tributário (PIS/COFINS) (nota 7 ii)	18.163	116.200	3.595	116.200
Outras receitas financeiras	7.076	1.042	6.146	1.406
	54.204	155.923	29.765	134.817
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(998)	(598)	(998)	(828)
Juros sobre debêntures	(98.828)	(137.934)	(98.828)	(120.857)
Despesa com renegociação de cláusulas de emissões de debêntures e notas promissórias	(21.996)	-	(21.996)	-
Variações monetárias e cambiais	(31.583)	(33.612)	(30.198)	(25.566)
Descontos concedidos	(10.173)	(8.537)	(9.402)	(6.105)
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	(42.689)	(13.540)	(39.678)	(7.001)
Juros sobre notas promissórias	(8.193)	(14.444)	(8.193)	(14.444)
Taxas e tarifas bancárias	(14.487)	(15.264)	(13.628)	(14.319)
Despesas de Juros - CPC 06 (IFRS 16)	(32.867)	(32.368)	(24.623)	(21.735)
Outras despesas financeiras	(17.861)	(811)	(16.961)	3.070
	(279.675)	(257.108)	(264.505)	(207.785)
Resultado financeiro, líquido	(225.471)	(101.185)	(234.740)	(72.968)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos A Companhia tem exposição aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimento. O ativo da Companhia e controladas, avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber da operação. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a esse tipo de risco. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos. Contas a receber de clientes - O acesso dos clientes aos serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar sem pagamento há mais de 30 dias. Com mais de 60 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. Os casos de exceções compreendem somente os serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. O acesso dos clientes aos serviços de telefonia móvel celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar vencida há mais de 15 dias. Com mais de 30 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. A velocidade da Banda Larga é reduzida quando a inadimplência desse produto atinge 22 dias e o serviço é bloqueado totalmente com 52 dias de atraso no pagamento da fatura. A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pagos e indutivos, e para revendedores de aparelhos celulares, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, aplicando-se garantias com notas promissórias e outras garantias reais. O risco de crédito é minimizado através de uma criteriosa análise de crédito, definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Adicionalmente, a Administração da Companhia considera os riscos por região, através da análise histórica dos créditos com liquidação duvidosa. O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber apresenta os seguintes aspectos por empresa: • Na Companhia e nas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos. • Em razão da cisão do investimento da Companhia na Algar TI, em 2 de dezembro de 2019, a concentração de receita deixou de ser aplicável aos negócios atualmente consolidados. Risco de liquidez A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

	31/12/2020 – Consolidado e Individual				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:					
Debêntures e notas promissórias comerciais	2.448.896	2.846.021	1.224.778	1.492.736	128.507
Arrendamento mercantil financeiro	6.238	13.440	5.357	8.083	-
Total	2.455.134	2.859.461	1.230.135	1.500.819	128.507

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos. c) Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. Risco de taxas de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e controladas não possuem exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no exercício corrente, assim como não possuíam no exercício comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras.

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202103032117340210.

Análise de sensibilidade - taxa de juros - empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras - Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020, averiguando-se o impacto no resultado financeiro, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade - A Companhia efetuou a análise considerando os indexadores Taxa-DI e IPCA na data base de 31 de dezembro de 2020, extraído das seguintes fontes externas, respectivamente: Cetip, IBGE e Banco Central do Brasil

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
DI (%)	1,90%	2,38%	2,85%
Resultado financeiro atrelado ao DI	22.091	27.614	33.137
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	5.523	11.046

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	4,31%	5,39%	6,47%
Resultado financeiro atrelado ao IPCA	29.159	36.449	43.739
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	7.290	14.580

d) Riscos operacionais - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas, assim como aos seus colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados. e) Gestão de capital A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado. Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas, incluindo a Companhia, são os de salvaguardar a sua capacidade e continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos gastos incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. f) Valores estimados de mercado - Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras. Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, quando aplicável. Fornecedores - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		31/12/2020			
		Consolidado		Individual	
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e bancos	(a)	**4.746**	**4.746**	**4.143**	**4.143**
Aplicações financeiras (notas 4 e 5)	(a)	**609.660**	**609.660**	**531.296**	**531.296**
Contas a receber	(b)	**644.961**	**644.961**	**388.945**	**388.945**
		1.259.367	**1.259.367**	**924.384**	**924.384**
Passivo					
Fornecedores	(b)	**242.114**	**242.114**	**142.091**	**142.091**
Títulos a pagar	(b)	**4.005**	**4.005**	**3.716**	**3.716**
Arrendamento mercantil financeiro	(b)	**6.238**	**6.747**	**6.238**	**6.747**
Debêntures	(b)	**2.217.418**	**2.370.639**	**2.217.418**	**2.370.639**
Notas promissórias	(b)	**231.478**	**233.134**	**231.478**	**233.134**
Valores a restituir aos acionistas	(b)	**92**	**92**	**92**	**92**
		2.701.345	**2.856.731**	**2.601.033**	**2.756.419**

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, bem como acompanham rigorosamente o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. h) Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Consolidado - 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	**4.746**	-		**4.746**
Aplicações financeiras	-	**609.660**	-	**609.660**
	4.746	**609.660**	-	**609.660**

	Consolidado - 31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	10.946	-	-	10.946
Aplicações financeiras	-	415.743	-	415.743
	10.946	415.743	-	426.689

	Individual – 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	**4.143**	-	-	**4.143**
Aplicações financeiras	-	**531.296**	-	**531.296**
	4.143	**531.296**	-	**535.439**

	Individual - 31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	8.110	-	-	8.110
Aplicações financeiras		370.391	-	370.391
	8.110	370.391	-	378.501

32. Informações por segmento - Até 30 de novembro de 2019 as informações financeiras consolidadas da Algar Telecom eram compostas por dois segmentos de negócio: Telecom e Tech - BPO/Gestão de TI. O Segmento Tech-BPO/Gestão de TI, operacionalizado pela empresa Algar TI e suas controladas Algar Tecnologia, Engeset e outras sociedades sediadas na América Latina, que atuam na prestação de serviços de contact center, BPO (Business Process Outsourcing), serviços gerenciados e soluções em tecnologia da informação, deixou o portfólio consolidado da Companhia, mediante cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019. Com a cisão do investimento da Algar Telecom na Algar TI, as informações financeiras consolidadas da Companhia passaram a ser representadas por um único segmento identificado de Negócio, reportável nos termos do CPC 22 – Informações por Segmento, o segmento de "telecomunicações". Esse segmento representa a agregação dos resultados e do capital empregado nos serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular, produtos e serviços digitais e de valor adicionado, sendo as operações desenvolvidas pela Companhia e suas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e Smart. De forma evolutiva e em linha com sua estratégia de atuação, a Administração da Companhia passou a utilizar a segregação comercial dos seus clientes como guia para a tomada de decisões estratégicas e de acompanhamento de resultados. Dessa forma, a partir de recentes implantações sistêmicas e melhorias de processos realizadas, a abertura das informações por segmento de negócio passaram a ser apresentadas da seguinte forma, a partir do terceiro trimestre de 2020:

Segmento	Descrição
B2B	Segmento correspondente aos clientes pessoa jurídica de grande, médio e pequeno portes e também outras empresas do mercado de Telecom.
B2C	Segmento correspondente aos clientes pessoa física que fazem uso dos serviços de modo não-profissional.

Embora o novo modelo de gestão da Companhia e de suas controladas apresente uma segregação com base no tipo e perfil do cliente, os ativos e a estrutura operacional como um todo são indivisíveis e são compartilhados nas diversas operações, de modo que uma única Unidade de Geração de Caixa - UGC é percebida e caracterizada nesse contexto, inclusive para fins da análise de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment). De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a UGC é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. No contexto operacional da Empresa, os ativos estruturantes de telecomunicações como antenas, backbone, backhaul, elementos de rede, entre outros, são utilizados para geração de receita em todos os segmentos, de modo indistinto. A alocação de ativos nos segmentos dos negócios explorados pela Companhia depende de uma segregação dos ativos comuns, o que desqualificaria a função e a capacidade operacional do recurso envolvido, resultando, daí o efeito prático existente na Companhia, que é a vigência de uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em razão da cisão mencionada no segundo parágrafo desta nota explicativa, ocorrida em 2 de dezembro de 2019, os saldos das contas patrimoniais de 31/12/2019 e 31/12/2020 já estão comparativos, conforme disposto no balanço patrimonial. No quadro abaixo são apresentadas as informações de acordo com o novo modelo de informações por segmento utilizado na gestão de negócios da Companhia.

	31/12/2020			31/12/2019		
	B2B	B2C	Consolidado	B2B	B2C	Consolidado
Receita bruta	**1.842.802**	**1.192.775**	**3.035.577**	1.662.629	1.147.161	2.809.790
Receita líquida	**1.422.461**	**928.310**	**2.350.771**	1.259.867	866.755	2.126.622
Custos operacionais	**(446.389)**	**(371.164)**	**(817.553)**	(347.858)	(356.053)	(703.911)
Despesas comerciais	**(246.917)**	**(152.418)**	**(399.335)**	(231.188)	(131.031)	(362.219)
Despesas administrativas	**(81.282)**	**(65.744)**	**(147.026)**	(79.414)	(83.915)	(163.329)
Outras receitas e despesas operacionais	**20.367**	**22.399**	**42.766**	57.818	15.547	73.365
Depreciação e amortização	**(263.293)**	**(250.463)**	**(513.756)**	(232.406)	(217.643)	(450.049)

Tendo em vista que neste novo modelo de informação por segmento não é possível efetuar a abertura comparativa das informações apresentadas, principalmente em virtude do negócio de tecnologia, abaixo está sendo apresentado quadro com as informações pelo modelo anterior de informações por segmento.

	Telecom		Tech - BPO/Gestão de TI		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
B2B	**1.842.802**	1.668.563	-	-	-	-	**1.842.802**	1.668.563
B2C	**1.192.775**	1.145.767	-	-	-	-	**1.192.775**	1.145.767
Tech - BPO/Gestão de TI	-	-	-	879.894	-	(38.535)	-	841.359
Eliminações	-	(4.540)	-	-	-	(2.671)	-	(7.211)
Receita bruta	**3.035.577**	2.809.790	-	879.894	-	(41.206)	**3.035.577**	3.648.478
(-) impostos e deduções sobre vendas	**(684.806)**	(683.168)	-	(94.326)	-	133	**(684.806)**	(777.361)
Receita operacional líquida	**2.350.771**	2.126.622	-	785.568	-	(41.073)	**2.350.771**	2.871.117
Depreciação e amortização	**(513.756)**	(450.049)	-	(53.318)	-	-	**(513.756)**	(503.367)
Custos e despesas operacionais	**(1.321.148)**	(1.156.095)	-	(694.642)	-	41.171	**(1.321.148)**	(1.809.566)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, equivalência e impostos sobre o lucro	**515.867**	520.478	-	37.608	-	98	**515.867**	558.184
Resultado financeiro	**(225.471)**	(78.203)	-	(22.981)	-	(1)	**(225.471)**	(101.185)
Equivalência patrimonial	-	11.187	-	-	-	(11.187)	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**290.396**	453.462	-	14.627	-	(11.090)	**290.396**	456.999
Imposto de renda e contribuição social	**(88.020)**	(150.746)	-	(3.537)	-	-	**(88.020)**	(154.283)
Resultado liquido	**202.376**	302.716	-	11.090	-	(11.090)	**202.376**	302.716
Outras divulgações:								
Investimento em ativo fixo (notas 11 e 12)	**461.698**	714.012	-	26.841	-	-	**461.698**	740.853

33. Resultado por ação

	Individual	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716
Quantidade de ações ON no final do exercício	**295.019.806**	295.019.806
Média ponderada das ações	**295.019.806**	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)	**0,69**	1,03

34. Transações que não afetaram o caixa - Os saldos das principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição de imobilizado e intangível, a pagar	**51.387**	80.233	**17.519**	44.699
Direito de uso de ativos – CPC 06 / IFRS 16, a pagar	**276.073**	30.330	**242.026**	13.606
Crédito de PIS e COFINS, conforme processo transitado em julgado	**25.855**	138.302	-	138.302
Aquisição de sociedade (Smart) - parcela a prazo	-	19.473	-	19.473
Baixa de valores a restituir a acionistas	**28.434**	-	**28.434**	-
	381.749	268.338	**287.979**	216.080

35. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 2.220.540 para danos materiais e R$ 2.141.500 para lucros cessantes; R$ 18.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções.

36. Outras divulgações - a) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - ANATEL - Em 16 de dezembro de 2020 foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Nº 02/2020, firmado entre a ANATEL e a Companhia, com vigência de 30 meses, abrangendo o período de 18/12/2020 a 18/06/2023. Com a assinatura do TAC, a Companhia assumiu compromissos para o provimento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) com tecnologia 4G ou superior em diversas localidades do Brasil, além da realização de licenciamento de estações e implementações de funcionalidades no seu aplicativo (app). Do acordo ora assinado, resultou, também, uma obrigação no montante de R$ 4,6 milhões a ser ressarcido aos usuários, por cobranças indevidas na prestação dos serviços de Telecom, cuja provisão foi contabilmente reconhecida, compondo o passivo circulante do balanço patrimonial do corrente exercício. Para o cumprimento dos compromissos do TAC, a Companhia estima um investimento total de aproximadamente R$ 21 milhões. b) Efeitos do Coronavírus nas informações financeiras - Desde 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a nova doença - "COVID-19" como uma pandemia, houve uma brusca mudança nas relações pessoais e profissionais em todo o mundo. Medidas de distanciamento social, com vistas à diminuição do contágio, vem sendo adotadas por muitos países e causaram uma forte redução no nível de atividade de vários segmentos de negócios de diversas economias. Isto é explicado pelo fato de que, tanto a indústria quanto as atividades de comércio e serviços, existem e coexistem a partir de relacionamentos regidos pelas pessoas que, por serem vulneráveis às atuais circunstâncias, são o principal foco de preservação no momento. No Brasil, o Produto Interno Bruto – PIB encolheu 1,5% e 9,7% no 1T20 e 2T20, em relação aos trimestres imediatamente anteriores, voltando a crescer a partir do 3T20 (+7,7), impulsionado pela injeção de cerca de R$ 270 bilhões na forma de auxílio emergencial pelo governo federal. Durante todo esse período o principal foco da Companhia tem sido a saúde e segurança de seus associados, clientes e fornecedores. Nesse sentido, inúmeras medidas de segurança foram empregadas incluindo, entre outras, a adoção do trabalho remoto para praticamente toda a operação, com exceção dos técnicos de campo e das equipes de lojas, a suspenção de viagens e o contato exclusivamente remoto com fornecedores e demais parceiros. As funções operacionais de campo, por sua vez, passaram a contar com medidas de prevenção, protocolos, uso de EPIs, treinamentos e programa de testagem. Tudo para garantir a manutenção dos serviços com fundamental atenção à segurança de todos. A operação da Algar Telecom vem se mostrando resiliente nesse cenário. A importância da conectividade, como meio de viabilização de negócios, transações, ensino, lazer e informação, nunca foi tão evidente. Passado o período mais turbulento de adaptação das pessoas às medidas de distanciamento adotadas, pode-se dizer que uma nova forma de se fazer negócios, trabalhar e se relacionar tenha se estabelecido, na qual os serviços de telecomunicações são essenciais. Na segunda quinzena de janeiro de 2021, época de elaboração dessas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, alguns países do mundo, entre eles o Brasil, apresentavam uma nova onda de aumento de casos da Covid-19, suscitando o enrijecimento de medidas de distanciamento social em alguns estados e cidades, ao mesmo tempo em que dava início à campanha de vacinação contra o coronavírus. O prolongamento dessa situação e potenciais novos efeitos adversos na economia brasileira irão depender de alguns fatores, tais como: duração e extensão da nova onda de contágio, medidas governamentais em resposta à pandemia, velocidade da retomada dos níveis de emprego e da capacidade de consumo das famílias, entre outros. Até o momento a administração da Companhia não tem conhecimento de novos fatores relevantes que estejam impactando as suas operações. A Companhia continuará aplicando as suas medidas de segurança e poderá adotar novas ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais, sempre prezando pelo melhor interesse de seus associados, clientes, fornecedores e demais parceiros.

Conselho de Administração

Presidente - Luiz Alexandre Garcia
Vice-Presidente - Eliane Garcia Melgaço
Membros
Luiz Alberto Garcia
Divino Sebastião de Souza
Luiz Eduardo Falco Pires Correa
Thilo Helmut Georg Mannhardt

Diretoria Estatutária

Diretor Presidente	Jean Carlos Borges
Diretor Vice-Presidente de Negócios e Diretor de Negócios Atacado	Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Jurídico	Tulio Toledo Abi-Saber
Diretor de Operações e Tecnologia	Luis Antônio Andrade Lima
Diretora de Gente e Relacionamento com Clientes	Ana Paula Rodrigues
Diretor de Estratégia e Regulatório	Renato Paschoareli

Contadora

Sandra Maria de Lima - CRC-MG 071.228/O-3

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes e sobre as demonstrações financeiras

Em cumprimento às disposições normativas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a diretoria estatutária da Algar Telecom S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as opi-niões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, declara que tomou conhecimento das demonstrações financeiras ora disponibilizadas, e expressa aqui a sua concordância com as mesmas.

Uberlândia, 3 de março de 2021.

Outras informações relevantes

A ALGAR TELECOM S.A., nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso IX da ICM 480/09, informa a inexistência do parecer do Comitê de Auditoria, bem como a inexistência do relatório resumido do referido Comitê.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Algar Telecom S.A. - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Algar Telecom S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1(b) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2020 não é comparável à demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2019, em virtude da cisão da então controlada Algar TI Consultoria S.A., ocorrida em 2 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receita de telecomunicações - Por que é um PAA - Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações reconhecida pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.456.305 mil na controladora e R$2.350.771 mil no consolidado. Por sua representatividade, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nesses fatores, consideramos a receita de serviços de telecomunicações como um assunto importante na auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita. ii) Avaliação e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes com uso de nossos especialistas, para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável. b) Testes específicos para o faturamento de voz e dados pela plataforma operacional da Companhia. c) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita. iii) Realização de procedimentos analíticos substantivos. iv) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências em alguns dos controles internos automatizados relacionados ao reconhecimento de receita, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, que incluíram teste dos controles mitigatórios, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Capitalização ao ativo imobilizado - Por que é um PAA - Diante do montante envolvido e da dispersão dos investimentos no ativo imobilizado pela Companhia, consideramos a capitalização de gastos ao ativo imobilizado como um assunto foco de nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e eventual capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra. Por sua representatividade, a capitalização ao ativo imobilizado é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização ao ativo imobilizado. ii) Execução de procedimentos substantivos, por amostragem, com a finalidade de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo imobilizado. iii) Desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e iv) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências em alguns dos controles internos relacionados a capitalização no ativo imobilizado, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que as capitalizações ao ativo imobilizado e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202103032117340211.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta 10/10

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2021

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

1172 cm -02 1452375 - 1

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A
CNPJ 06.311.489/0001-07 - NIRE 313001992-6

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e demais interessados:Apresentamos a V.Sas.às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2020, comparativas com 31.12. 2019 de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. Em 2020 a economia brasileira enfrentou uma grave crise em diversos setores, principalmente por conta Pandemia da Covid 19, fator esse que fez com o país apresentasse uma forte redução no PIB. Contudo a conjuntura enfrentada a Unissul Supermercados S/A obteve sólidos resultados,houve um acréscimo em seu faturamento comparando as vendas 2019/2020 de cerca de 13,98% (faturamento 2019: 146.391.962,14 - faturamento 2020: 166.853.567,77).Os investimentos na consolidação da marca e no relacionamento com os canais de distribuição e a melhoria de processos internos de gestão, foram e continuarão sendo os principais focos de gestão da empresa em 2021. A Administração tem a determinação de elevar o patamar das margens obtidas neste período, consolidando a tendência estabelecida.Acreditamos que uma medida fundamental de nosso sucesso será a geração de valor para os nossos acionistas no longo prazo, que será resultado direto de nossa habilidade de ampliar e fortalecer nossa marca e mantê-la, trazendo assim, maiores retornos sobre o capital investido. Diante da necessidade de aprimoramento contínuo e visando as margens de crescimento a Unissul continuamente traz para seus negócios estratégias para cada vez mais fidelizar seus clientes.Preocupada com o bem-estar da criança e do adolescente, fez a sua parte, contribuindo no ano de 2020 com doações para o Fundo da Criança e do Adolescente na cidade sede de sua matriz e filiais, participou de eventos promocionais que proporcionam o bem-estar aos seus clientes e distribuiu cestas básicas em todas as cidades onde possui sede estabelecida afim de amenizar os impactos sociais causados pela Pandemia. Por fim, é forçoso reconhecer que nestes anos não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente os colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores. A todos queremos sinceramente agradecer e com eles compartilhar o sucesso obtido. Alfenas, 31 de dezembro de 2020. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

ATIVO	31/12/2019	31/12/2020
CIRCULANTE	**26.344.255**	**27.701.086**
Disponibilidades de Caixa	9.490.514	4.906.071
Contas a Receber	6.871.983	8.329.218
Estoques	9.395.133	12.379.411
Créditos com Fornecedores	196.320	214.007
Outras Contas	390.304	1.872.378
NAO CIRCULANTE	**5.188.683**	**8.428.309**
Realizável a Longo Prazo	583.518	581.093
Investimentos	129.091	130.909
Imobilizado	4.386.897	5.159.259
Intangível	89.177	2.557.048
TOTAL ATIVO	**31.532.938**	**36.129.395**

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2020
CIRCULANTE	**13.041.162**	**12.890.636**
Fornecedores	8.716.947	9.316.921
Tributarias e Sociais	3.046.685	3.436.115
Outras Contas	116.101	137.600
Lucros, Dividendos e JSCP a distribuir	1.161.429	-
NAO CIRCULANTE	**1.655.660**	**1.397.195**
Exigível a Longo Prazo	**1.655.660**	**1.397.195**
Empréstimos e Financiamentos	1.246.574	961.817
Outras Contas a pagar	409.086	435.378
PATRIMONIO LÍQUIDO	**16.836.116**	**21.841.564**
Capital Social	9.097.218	9.097.218
Reservas de Lucros	6.830.521	8.382.876
Resultados Acumulados	908.378	4.361.470
TOTAL PASSIVO	**31.532.938**	**36.129.395**

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM REAIS)

	2019	2020
Receita bruta da venda e serv.	**146.391.962,14**	**166.853.567,77**
(-) Impostos incidentes	(8.489.959,82)	(9.784.881,35)
Receita líquida	**137.902.002,32**	**157.068.686,42**
Custos dos bens e serv. vendidos	(107.453.258,62)	(121.439.708,05)
Lucro bruto	**30.448.743,70**	**35.628.978,37**
Despesas com vendas	(716.248,73)	(487.863,17)
Despesas administrativas e gerais	(27.448.452,63)	(28.701.553,15)
Depreciação e amortização	(789.497,51)	(860.653,83)
Outras receitas	1.774.506,31	2.100.710,57
Receitas financeiras	1.381.872,80	624.059,49
Despesas financeiras	(1.539.314,97)	(1.646.959,92)
Lucro líquido do exercício antes de IR/CSLL	**3.111.608,97**	**6.656.718,36**
Provisão para IRPJ e CSLL	(1.041.802,28)	(2.295.248,22)
Lucro líquido do exercício	**2.069.806,69**	**4.361.470,14**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa das Ativ. Operacionais	2019	2020
Lucro Líquido do Exercício	**2.069.807**	**4.361.470**
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Depreciação/Amortização	789.497	860.654
Lucro Líquido Ajustado	**2.859.304**	**5.222.124**
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional:		
Variação da conta clientes a receber	(2.241.203)	(1.457.235)
Variação da conta de créditos a receber	1.139.873	(1.499.761)
Variação de Bens e Valores em Circulação	(216.734)	(2.984.278)
Variação do Intangível	501	2.469.689
Variação do Ativo Não Circulante	(15.891.175)	(3.239.626)
Variação do Passivo Circulante	487.473	150.626
Variação do Passivo Não Circulante	2.028.291	258.464
Variação do Patrimônio Líquido	(13.291.859)	(5.005.448)
Antecipação de Lucros e Lucros a Distrib.	1.161.429	0
Caixa Líq. Prov. das Ativ. Operacionais	**(26.823.405)**	**(11.307.569)**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos		
Variações de Bens Permanentes	(26.064.964)	(1.501.002)
Caixa Líq. Prov. das Ativ. Investimentos	**(26.064.964)**	**(1.501.002)**
Aumento Líq. de Caixa e Equiv.de Caixa	**2.100.863**	**(4.584.443)**
Variação do Disponível		
Caixa e Equiv.de Caixa no Início do Período	7.389.651	9.490.514
Caixa e Equiv.de Caixa no Final do Período	9.490.514	4.906.071
Caixa e Equiv. Caixa no Final do Período	**2.100.863**	**(4.584.443)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020 - (Em R$)

1. Contexto Operacional: A Unissul Supermercados S/A, com sede a Rua Gaspar Lopes, 81, centro na cidade Alfenas-MG é uma sociedade Anônima, no ramo de comércio de mercadorias no atacado e no varejo. Possui filiais nas seguintes localidades: Alfenas-MG a Avenida Henrique Munhoz Garcia, 619, bairro Jardim Boa Esperança III; Paraisópolis-MG a Rua Duque de Caxias 520, Centro e Rua Duque de Caxias, 520, loja 1; Pouso Alegre-MG a Avenida das Quaresmeiras, 500, Distrito Industrial; Passos-MG Rua Formiga, 300, Muarama; Campos Gerais-MG Av. Dr. Alfredo Barbalho Cavalcanti, 325; Boa Esperança-MG Av. João Júlio de Faria, 639, Nova Era; e Cambuí-MG, Avenida Prefeito José Barbosa, 310, Bairro Jardim Ana Maria. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração da Unissul S/A e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.637/07 e nº 11.941/09. Consideram ainda, no que for julgado pertinentes e relevantes, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Principais práticas contábeis: a) Regime de Escrituração:** A sociedade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **b) Estimativas Contábeis:** As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões técnicas, estimativas de valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes e diferidos entre outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **c) Investimentos:** Os valores representados na conta de Investimentos se referem à participação da Unissul Supermercados S/A na empresa Fortminas Atacado e Distribuidora Ltda., no equivalente a 10,92% de seu Capital Social e na empresa Fortlog Transportes e Locações Ltda no equivalente a 9,09% de seu Capital Social. **d) Ativo Imobilizado:** Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas julgadas adequadas à vida de utilidade dos bens. **e) Ativo Intangível:** No ativo intangível estão classificados o Fundo de Comércio e os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 - Resolução 1303/10. **f) Ativos Contingentes:** Os Ativos Contingentes são reconhecidos diante a garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. **g) Obrigações por empréstimos:** As obrigações por empréstimos, inicialmente são reconhecidas no recebimento de recursos, líquidos dos custos das transações. Em seguida, mensalmente, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Como se trata de empréstimos pós fixados as despesas são apropriadas mensalmente conforme sua efetivação pelo agente financeiro. **h) Provisões:** São reconhecidas quando a Unissul Supermercados S/A tem uma obrigação legal presente ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. **i)Imposto de Renda e contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações de lucro tendo em vista as receitas e os dispêndios registrados durante o período. São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando em conta os valores apurados no LALUR. **J) Segregação em circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). **k) Reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas:** Os custos são reconhecidos pelo método de classificação de custos médios apurados através de inventário mensal e via sistema informatizado assegurando a razoável estimativa dos valores lançados nestas rubricas. **l) Normas Internacionais de Contabilidade:** A Unissul Supermercados S/A vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **m) Moeda Funcional e de Apresentação:** A moeda funcional da sociedade de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma. **4. Disponível e aplicações:** Compõe o grupo Disponível a conta de Caixa e Depósitos Bancários. As aplicações referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício. **5. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. Deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Conforme previsto no pronunciamento CPC-27, a sociedade procedeu à revisão do prazo de vida útil-econômica e o valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) definido na norma CPC 01, que é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros e foi verificado que não haveria efeitos significativos em suas demonstrações financeiras das taxas de depreciação utilizadas nos exercícios. **6. Intangível:** Os valores constantes nesse grupo não sofreram alterações por imparidade ou custo atribuído, considerando que o valor atual é o valor justo. Porém como houve aquisição de um novo estabelecimento, houve o acréscimo de valores referentes a aquisição do Fundo de comércio. **7.Empréstimos e Financiamentos:** A Unissul possui empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras para capital de giro, manutenção da margem de liquidez e construções e melhoria de seus estabelecimentos. **8. Instrumentos Financeiros:** Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos Balanços Patrimoniais, quando comparados com seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor de mercado. **9. Cobertura de Seguros:** A Unissul possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. **10. Patrimônio Líquido:** Representados substancialmente por quotas, as ações de seu próprio quadro societário que constavam em tesouraria no seu Patrimônio Líquido sem valor nominal foram adquiridas pelos acionistas, não restando nenhuma ação em tesouraria. **11. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31.12.2020, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Alfenas, 31 de Dezembro de 2020.
CARLOS MAGNO SOUZA FONSECA - **Diretor Presidente.**
ALYSSON DA SILVA DE PAIVA - **CRCMG 106540-O - Contador**

48 cm -03 1452518 - 1

JBS ADMINISTRAÇÃO ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS S/A. - CNPJ: 16.713.257/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e comparativas com 2018. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Valores em R$ 1,00

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	**215.505**	**843.160**
Bancos Conta Movimento	36.141	1
Aplicações de Liquidez Imediata	-	616.605
Clientes	177.067	224.634
Adiantamentos	370	-
Impostos e Contribuições a Recuperar	18.455	838
Outros Créditos	854	1.082
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.199.088**	**4.259.088**
Adiantamentos para Investimento - Agroverde	1.182.237	1.182.237
Direitos a receber - Agroverde	257.000	317.000
Direitos a receber - Trachel	2.756.500	2.756.500
Depósitos judiciais	3.351	3.351
INVESTIMENTOS	**15.308.751**	**16.310.430**
Investimentos	14.191.874	15.063.007
Imobilizado	1.116.877	1.247.423
TOTAL DO ATIVO	**19.723.345**	**21.412.679**

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	**23.868**	**21.590**
Fornecedores	1.558	1.140
Obrigações trabalhistas/tributárias	22.309	20.450
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**2.766.210**	**2.947.435**
Empréstimo de Sócios	112.301	-
Lucros a Distribuir	2.331.197	2.624.722
Antecipação de Dividendos	322.713	322.713
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.933.267**	**18.443.654**
Capital Social	6.200.000	6.200.000
Reservas de Capital	668.621	668.621
Incentivos Fiscais	17.878	17.878
Lucros/Prejuízos Acumulados	9.023.240	10.569.327
Ajustes de avaliação patrimonial	1.023.527	1.023.527
Ações em Tesouraria	-	(35.699)
TOTAL DO PASSIVO	**19.723.345**	**21.412.679**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2019 - Valores em R$ 1,00

	Capital Social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Incentivos Fiscais	Totais
Saldo do Exercício em 2018	6.200.000	668.621	(35.699)	10.569.327	1.023.527	17.878	18.443.654
Aquisição de ações próprias	-		35.699	-			35.699
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(2.260.897)			(2.260.897)
Ajustes Exercícios Anteriores		-	-	(116.364)	-		(116.364)
Resultado do Exercício	-	-	-	831.174			831.174
Saldo do Exercício em 2019	**6.200.000**	**668.621**	**-**	**9.023.240**	**1.023.527**	**17.878**	**16.933.267**

Demonstração do Resultado Apurado para o Exercício Findo em 31/12/2019 em Comparação a 2018 - Valores em R$ 1,00

	2019	2018
Receitas Líquida de Vendas e Serviços	652.188	614.266
Receita Bruta de Serviço	676.759	637.536
(-) Impostos e Contribuições	(24.571)	(23.270)
Despesas Operacionais	230.686	(503.665)
(-) Despesa Administrativas	(312.292)	(413.163)
(+) Despesa/Receita Financeira	(3.023)	(6.654)
(-) Despesa Tributárias	(22.705)	(15.588)
(-) Despesa com Pessoal	(87.423)	(68.260)
Outras Receitas Operacionais	656.129	-
Lucro/Prejuízo Operacional	882.874	110.601
Receita Não Operacional	-	4.035.709
(-) Imposto de Renda - PJ	(32.312)	(30.602)
(-) Contribuição Social	(19.387)	(18.361)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**831.174**	**4.097.347**

Demonstrativo do Fluxo de Caixa para os exercícios Findos de 31/12/2019 e de 2018

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais 2019	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	831.174	4.097.347
Ajustes para conciliar o lucro líquido	0	0
- Depreciação	130.546	130.546
- Ajuste de exercício anteriores	-116.364	7.595.330
- Resultado Positivo/Negativo de Equivalência Patrimonial	0	0
Variação ativos operacionais - Clientes	47.567	-50.902
- Adiantamentos	369	(1.082)
- Impostos a Recuperar	-17	5.687
Variação passivos operacionais		
- Fornecedores	2.277	102
- Obrigações Tributárias	1.859	-5.572
- Contas a Pagar	0	0
- Adiantamentos	-26.658	17.881
- Dividendos Distribuídos	(2.260.896,52)	-9.698.706
Caixa gerado pela atividade operacional	**-1.390.143**	**2.090.630**
Fluxo de Caixa das atividades de investimento	-205.625	3.377.340
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento	172.301	-4.054.783
Aumento (Redução) do Saldo da Disponibilidade	**-1.423.466**	**1.413.188**
Disponibilidade		
- Saldo Inicial	1.459.765	46.578
- Saldo final	36.299	1.459.765
Variação da Disponibilidade	**-1.423.466**	**1.413.188**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019

1 - Contexto Operacional: - A JBS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e domicílio jurídico na cidade de Belo Horizonte - MG, sendo seu objeto social a participação como acionista ou quotista em sociedade de prestação de serviços, comerciais, industriais e agropecuários e a administração e locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade. **2 - Principais práticas contábeis**: A) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei 6404/76 e a Lei 11.638/07. B) Disponibilidades - As aplicações financeiras estão declaradas aos valores de custo e acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. C) A forma de tributação adotada é o lucro real anual. **3 - Capital Social** - Capital Social no valor R$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais), dividido em 6.200.000 (seis milhões e duzentas mil) ações.Original assinado pelos signatários abaixo. JBS Adminstração Assessoria e Empreendimentos S/A. Vicente de Castro Sabino - Sócio Gerente. Angélica Jaqueline Aparecida de Amorim - Contadora - CRCMG 85581

28 cm -03 1452774 - 1

CISTRI –

PE 01/21. EXT. Contrato: Objeto: contratação de empresa para aquisições de medicamentos. Contratadas: DM Logistica Hospitalares Ltda – Cnpj: 31.396.050/0001-63. Valor: R$ 10.729,00 e VIA Fharma do Brasil Eireli, CNPJ: 30.949.099/0001-33, Valor: R$ 27.812,20. Info: (34) 2589-1710.

2 cm -03 1452785 - 1

CISTRI –

EXT. Ata PE04/21: Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza. Contratadas: Cristiene Sabia Parreira Rocha – Cnpj: 64.317.761/0001-54, Valor: R$ 11.047,50;Eco Plast Com e Industria Ltda, Cnpj: 20.161.464/0001-97, Valor: R$10.688,00; LM Comércio Ltda – ME, Cnpj: 05.788.495/0001-89, valor: R$ 870,00; Wesi Comercial Ltda epp, Cnpj: 86.672.029/0001-35, valor: R$ 2.164,00; Wtrade Intermediação de Negócios Ltda, cnpj: 21.856.981/0001-43, valor: R$ 6.375,00. Info: (34) 2589-1710.

2 cm -03 1452680 - 1

DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE

CNPJ: 03.966.583/0001-06 - NIRE 31.500.215.729 – COMUNICADO - Comunicamos a renúncia, a partir de 11/02/2021, da Sra. Elina Jurema Costa, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº M-1.657.230 - SSP-MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 479.209.396-15, residente e domiciliada em Poços de Caldas, Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 500, apto. 82, Centro, CEP: 37701-011, do cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário da DME Energética S.A. - DMEE, por intermédio da carta datada de 11/02/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 8398501 em 01/03/2021, protocolo 21/238.747-2, Autenticação: 708FB27799EBC1D9FD437C9B9E955EB85CBBD e código de segurança OST0. Poços de Caldas, 02/03/2021. Marcos Rogério Alvim – Diretor Comercial Financeiro.

3 cm -03 1452672 - 1

DME POÇOS DE CALDAS PARTICIPAÇÕES S.A. – DME

CNPJ: 12.265.979/0001-09 - NIRE 3150021615-6 – COMUNICADO - Comunicamos a renúncia, a partir de 11/02/2021, da Sra. Elina Jurema Costa, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº M-1.657.230 - SSP-MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 479.209.396-15, residente e domiciliada em Poços de Caldas, Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 500, apto. 82, Centro, CEP: 37701-011, do cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário da DME Poços de Caldas Participações S.A. - DME, por intermédio da carta datada de 11/02/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 8398528 em 01/03/202, protocolo 21/238.702-2, autenticação: AD64E63523B06277F866C5541B37D035F29240AB e código de segurança nHK4. Poços de Caldas, 02/03/2021. José Carlos Vieira – Presidente.

3 cm -03 1452665 - 1

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS,

torna público o Edital de Licitação na modalidade Processo Análogo à Licitação nº 005/2021. Processo Licitatório nº 005/2021. Objeto: Aquisição de materiais elétricos para execução de melhoria em sistema elétrico do Hospital Aroldo Tourinho, com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P407/20-01, firmado entre o Município de Montes Claros-MG e a Fundação Hospitalar de Montes Claros. Data de envio das propostas: 04.03.2021 a 08.03.2021. Maiores informações no site: www.aroldotourinho.com.br ou pelo e-mail: comissaolicitacoes@aroldotourinho.com.br ou pelo telefone: (038) 2101-4069.

2 cm -03 1452395 - 1

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISOS DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 039/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2021– do tipo"Menor Preço",tendo por objeto a Contratação de Serviços Médicos Especializados em Avaliação Cardiológica, para Atendimento a Pacientes Oncológicos e Pacientes que Realizarão Cirurgias de Catarata na Fhomuv, mediante as condições estabelecidas em Edital.Data da sessão: 17/03/2021, às 08h. Retirada do Edital:www.fhomuv.com.br.Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br

LICITAÇÃO Nº 041/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021– do tipo"Menor Preço",tendo por objeto a Contratação de Serviços Médicos na Especialidade de Neurologia e Neurocirurgia para Atendimento, em Regime Ambulatorial e de Plantão Sobreaviso, na Fundação Hospitalar do Município de Varginha mediante as condições estabelecidas em Edital.Data da sessão: 18/03/2021, às 8h. Retirada do Edital:www.fhomuv.com.br.Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br

LICITAÇÃO Nº 043/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2021– do tipo"Menor Preço",tendo por objeto a Aquisição de Combustível (Gasolina Comum),mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: 22/03/2021, às 9h. Retirada do Edital:www.fhomuv.com.br.Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br

6 cm -03 1452662 - 1

SEMASA DE CARANGOLA/MG

O SEMASA torna público que realizou abertura de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação referente ao Pregão Presencial nº 005/2021, Processo nº 034/2021, de re Registro de Preços para firmar termo de contrato de expectativa de locação (diária e/ou mensal) de veículos leves para atender a Administração do SEMASA, no dia 02/02/2021, às 08:00 horas. Após abertas as propostas e verificadas as documentações foram adjudicadas as empresas: Locadora de Veículos Floresta Ltda – EPP,item 1, valor mensal de R$ 1.550,00 e Lokar Locadora de Veículos Eireli, item 2, valor diária de R$ 349,00.

3 cm -03 1452435 - 1

DME DISTRIBUIÇÃO S.A. – DMED

CNPJ: 23.664.303/0001-04 - NIRE 3150021609-1– COMUNICADO - Comunicamos a renúncia, a partir de 11/02/2021, da Sra. Elina Jurema Costa, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº M-1.657.230 - SSP-MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 479.209.396-15, residente e domiciliada em Poços de Caldas, Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 500, apto. 82, Centro, CEP: 37701-011, do cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário da DME Distribuição S.A. - DMED, por intermédio da carta datada de 11/02/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 8397600 em 26/02/2021, protocolo 21/238.566-6, autenticação: ED6432BCCE247247238BE81AB89BD4E495BB36 e código de segurança 7C2i. Poços de Caldas, 02/03/2021. Alexandre Afonso Postal – Diretor Superintendente.

3 cm -03 1452670 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202103032117340212.

Algar Telecom S/A
(Individual)

Data-base
31/12/2019
Valores: R$ mil

Índices - Balanço - 31/12/2019

A) Índice de Liquidez Geral (LG):

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) .

LG = (909.877 + 277.499) / (515.847 + 2.575.670) = 1.187.376 / 3.091.517 = 0,38

B) Índice de solvência Geral (SG):

SG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

SG = 4.414.744 / (515.847 + 2.575.670) = 4.414.744 / 3.091.517 = 1,43

C) Índice de Liquidez Corrente (LC):

LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

LC = 909.877 / 515.847 = 1,76

D) Índice de Endividamento (IE):

IE = (Passivo Circulante + Passivo não Crculante (Exigível a Longo Prazo)) / (Ativo Total)

IE = (515.847 + 2.575.670) / 4.414.744 = 3.091.517 / 4.414.744 = 0,70

Algar Telecom S/A
CNPJ/MF: 71.208.516/0001-74

Sandra Maria de Lima
Contadora - CRC-MG: 071.228/O-3